

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE HISTÓRIA

BRUNA FRANCIELLI OLIVEIRA ARAUJO

ANA JANSEN NO IMAGINÁRIO MARANHENSE:
poder, mito e memória

São Luís

2025

BRUNA FRANCIELLI OLIVEIRA ARAUJO

ANA JANSEN NO IMAGINÁRIO MARANHENSE: poder, mito e memória

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Estadual do
Maranhão para o grau de licenciatura em História.

Orientadora: Profa.Dra. Elizabeth Sousa Abrantes

São Luís

2025

Araújo, Bruna Francielli Oliveira.

Ana Jansen no imaginário maranhense: poder, mito e memória / Bruna Francielli Oliveira Araújo. – São Luís, 2025.

65 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes.

1. Ana Jansen. 2. Poder. 3. Mito. 4. Memória. 5. Gênero. I. Título.

CDU 305-055.2:32(812.1)“18”

BRUNA FRANCIELLI OLIVEIRA ARAUJO

ANA JANSEN NO IMAGINÁRIO MARANHENSE: poder, mito e memória

Monografia apresentada ao curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA,
para obtenção do grau de Licenciatura em
História.

Aprovado em: 19 /12 /2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



ELIZABETH SOUSA ABRANTES

Data: 05/01/2026 12:07:50-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente



ELISANGELA COELHO MORAIS

Data: 05/01/2026 13:17:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elisângela Coelho Moraes

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente



NATASHA NICKOLLY ALHADEF SAMPAIO MATEL

Data: 05/01/2026 15:06:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Natasha Nickolly Alhadeff Sampaio Mateus

Pós-Doutoranda (PPGHIS/UFMA)

Dedico este trabalho à minha mãe, à minha avó e às minhas tias Célia e Ivone, que me educaram e sempre foram exemplos de mulheres guerreiras e dedicadas, exercendo com amor e compromisso o papel materno em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder forças para chegar até aqui e por iluminar cada passo dessa caminhada.

Em especial, sou profundamente grata à minha avó Ivandete, exemplo de mulher forte e determinada, que sempre me apoiou com amor e coragem. À minha mãe, que me deu a vida e jamais deixou de acreditar em mim. Às minhas tias Célia e Ivone, que participaram ativamente da minha criação e contribuíram para que eu me tornasse a mulher que sou hoje. Estendo também minha gratidão às tias Iramir e Simone (Silha), pela presença constante e pelo carinho ao longo da minha vida.

Aos meus irmãos Valéria, Amanda e Vinicius, e às minhas primas Ervelly, Fabíola, Rafaelly, Emanuelle e Yasmim, que considero verdadeiras irmãs de coração, agradeço por fazerem parte essencial da minha história e pela união que sempre nos fortaleceu.

Registro ainda minha sincera gratidão à professora Elizabeth Abrantes, que gentilmente aceitou me orientar neste trabalho, oferecendo apoio, dedicação e conhecimentos fundamentais para sua realização.

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), agradeço a estrutura e organização, bem como a todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica e aprendizado ao longo do curso.

Aos amigos que a UEMA me proporcionou, especialmente Julianna Carolinna e Ana Clara, agradeço a amizade, companheirismo e apoio durante toda essa jornada.

Às amigas do ensino médio, que seguem me apoiando até hoje, aos amigos de trabalho que estiveram presentes ao longo desse caminho e, em especial, à minha chefe Natália, agradeço por todo o apoio e compreensão para que eu pudesse concluir este curso.

A cada um de vocês, deixo o meu mais sincero muito obrigada.

RESUMO

No Maranhão do século XIX, sob forte influência do patriarcado, as mulheres eram condicionadas aos espaços privados, voltadas à família. Ana Jansen se destaca como uma das maiores comerciante e proprietária de escravizados da província, rompendo com as normas ao exercer poder econômico e político no partido “Bem-te-vi”, desencadeando uma reação conservadora que resultou na construção do mito que a transforma em uma figura sobrenatural e cruel. Este estudo visa compreender como esse mito funcionou como mecanismo de desqualificação da presença feminina nos espaços de poder, consolidando uma memória negativa até a atualidade. Especificamente, analisa-se os condicionantes socioculturais que definiam os papéis de gênero na sociedade maranhense oitocentista; examina-se de que forma a trajetória singular de Ana Jansen desencadeou a mitificação pejorativa de sua imagem; e destaca-se seu protagonismo histórico em contraste com os processos de construção de sua memória. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e analítica, baseada na análise de fontes históricas, lendas urbanas, narrativas orais presentes em entrevistas realizadas na tese de doutorado de Novaes (2012) e no documentário “Me chame de Donana Jansen”. Concluiu-se que o mito cumpriu função punitiva simbólica, reforçando a exclusão das mulheres dos espaços públicos de poder e mantendo viva uma memória dualista, entre a coletiva e individual/familiar.

Palavras-chave: Ana Jansen; Poder; Mito; Memória; Gênero; Maranhão.

ABSTRACT

In nineteenth-century Maranhão, under the strong influence of patriarchy, women were conditioned to private spaces centered on the family. Ana Jansen stands out as one of the province's largest merchants and slave owners, breaking with social norms by exercising economic power and engaging in politics within the “Bem-te-vi” party, which triggered a conservative backlash that resulted in the construction of myth an image portraying her as a supernatural and cruel figure. This study aims to understand how this myth functioned as a mechanism to disqualify female presence in spaces of power, consolidating a negative memory that persists to the present day. Specifically, it analyzes the sociocultural conditions that defined gender roles in nineteenth-century Maranhão society; examines how Ana Jansen's singular trajectory led to the pejorative mythification of her image; and highlights her historical protagonism in contrast to the processes of constructing her memory. This is a qualitative, descriptive, and analytical research based on the analysis of historical sources, urban legends, and oral narratives present in interviews conducted for Novaes (2012) doctoral thesis and in the documentary “Me chame de Donana Jansen”. It was concluded that the myth served a symbolic punitive function, reinforcing the exclusion of women from public spaces of power and maintaining a dualistic memory—between the collective and the individual/familial.

Keywords: Ana Jansen; Power; Myth; Memory; Gender; Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Casa Nobre -Sobrado na rua dos Remédios	17
Figura 2 Jornal O Guajajara de 1840	21
Figura 3 Jornal A Revista 1843	23
Figura 4 Ilustração da Lenda Carruagem de Ana Jansen.....	29
Figura 5 - Brasão dos Jansen	36
Figura 6 Reprodução da Carruagem de Ana Jansen	37
Figura 7 D. Antonina Jansen Pereira, bisneta de Ana Jansen.....	43
Figura 8 Foto de Ana Jansen em 1861.....	48
Figura 9 Capa Anna Jansen de Rita Ribeiro	53
Figura 10 A lenda da Carruagem encantada de Ana Jansen HQ	54
Figura 11Cordel de Wilson Marques.....	55
Figura 12 Cordel de Raimunda Frazão	56
Quadro 1 Árvore genealógica simplificada dos descendentes.....	46
Quadro 2 Documentário X Lenda popular	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. ANA JANSEN E O PODER	14
2. ANA JANSEN E O MITO	29
3. ANA JANSEN E A MEMÓRIA	41
3.1. A memória familiar.....	43
3.2. O Documentário “Me Chame Donana Jansen”	5247
3.3 Representações Culturais Contemporâneas.....	52
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS.....	60

INTRODUÇÃO

A trajetória de Ana Jansen destaca-se por desafiar as normas sociais de seu tempo, sobretudo ao acumular poder político e econômico em uma sociedade marcada por rígidas hierarquias de gênero. Embora tenha sido uma das mulheres mais influentes da província maranhense no século XIX, sua imagem foi, ao longo do tempo, reduzida a um mito punitivista que desqualifica seu protagonismo histórico. Diante desse cenário, esta pesquisa propõe analisar a figura de Ana Jansen a partir das relações entre o poder, mito e memória, considerando os processos simbólicos que contribuíram para a consolidação de sua imagem no imaginário maranhense.

O problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira a construção do mito de Ana Jansen contribuiu para a desqualificação da presença feminina nos espaços de poder no Maranhão oitocentista, associando sua imagem a uma figura autoritária e cruel, e como essa representação se perpetuou na memória coletiva. Parte-se da hipótese de que tais narrativas não apenas distorceram sua trajetória histórica, como também funcionaram como mecanismos simbólicos de controle social, voltados à contenção da atuação feminina em esferas tradicionalmente masculinos.

Para a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1995b), o imaginário pode ser compreendido como um campo de representações que se refere não apenas ao que é visível ou factual, mas também ao que está ausente, implícito ou simbolicamente construído. E essas representações não surgem de forma neutra, pois são atravessadas por interesses, disputadas e estratégias de poder que atribuem sentidos específicos à realidade social. Nesse domínio, o imaginário opera como uma mediação entre o real vivido e as interpretações coletivas que se fazem sobre ele, permitindo que determinados sujeitos ou acontecimentos sejam ressignificados. Assim, ao longo da história, as sociedades produziram sistemas próprios de ideias e imagens compartilhadas, por meio dos quais constroem identidades, hierarquias e distinções. No caso de Ana Jansen, a construção de sua imagem no imaginário maranhense revela como tais representações coletivas atuaram na atribuição de sentidos negativos à sua trajetória.

As críticas, rumores e narrativas depreciativas que circularam sobre sua vida pessoal não podem ser interpretados apenas como expressões de moralismo social, mas também como estratégias políticas destinadas a conter a ascensão de uma mulher em espaços tradicionalmente reservados aos homens. Como administradora e comerciante, Ana Jansen demonstrou notável

capacidade de liderança, articulando seu poder à posse de terras, ao uso da mão de obra escravizada e à condução de negócios diversificados. Contudo, sua trajetória não deve ser compreendida como um caso isolado: ela evidencia, antes, as contradições de uma sociedade patriarcal que por meio de brechas permitiu a certas mulheres, em razão de sua posição social, transitar entre papéis masculinos e femininos tradicionais (Machado, 2017).

A memória punitivista construída em torno de sua figura reforçou, por décadas, uma imagem negativa que a associava à crueldade e ao autoritarismo. Tal representação permanece viva no imaginário popular, especialmente em narrativas folclóricas e produções infantis maranhenses que a descrevem como uma alma penada condenada por supostos crimes cometidos em vida. Segundo Tedeschi (2015), essas narrativas adquirem contornos depreciativos ao funcionarem como mecanismos simbólicos do patriarcado destinados a silenciar e deslegitimar a presença feminina nos espaços de poder.

A obra *A Senhora do Maranhão: uma biografia de Ana Jansen*, de Elizabeth Sousa Abrantes e Sandra Regina Rodrigues dos Santos (2023), oferece uma contribuição relevante ao analisar a vida da matriarca no contexto patriarcal oitocentista. A historiografia demonstra que a memória sobre Ana Jansen é resultado da tensão entre mito popular e análise crítica, com lacunas significativas acerca dos poderes que exerceu enquanto chefe de família, proprietária, empresária e figura influente na política local. Esses elementos contribuíram para a consolidação de uma imagem negativa no senso comum, frequentemente dissociada de sua atuação real.

A metodologia utilizada para a compreensão do contexto vivido por Ana Jansen, no século XIX, é a análise dos jornais *O Guajajara*, de propriedade de Ana Jansen, e o periódico oposicionista *A Revista*, editado por Sotero dos Reis, que representam vozes contrárias no debate público maranhense. As fontes secundárias utilizadas são principalmente da historiografia maranhense do século XX e XXI, que tratam da vida e trajetória de Ana Jansen e da sociedade maranhense oitocentista. Complementarmente, recorre-se a aportes teóricos que discutem os conceitos de “mito” e “lenda” em suas dimensões simbólicas e sociais, bem como à literatura especializada em estudos de gênero, indispensável para compreensão das normas que regulavam os papéis femininos e as sanções aplicadas às mulheres que transgrediam os limites do espaço privado.

Para uma perspectiva mais atual sobre a permanência da memória de Ana Jansen, incorporam-se fontes contemporâneas de grande relevância: as entrevistas realizadas com sua bisneta Antonina Jansen no âmbito da tese doutorado em Administração, defendida por Irlene Novaes em 2012, e o documentário *Me chame de Donana Jansen*, produzido pela TV

Assembleia do Maranhão. Essas produções revelam como a imagem da matriarca dos Jansen continua sendo reelaborada tanto no espaço familiar quanto no acadêmico permitindo contrastar a memória coletiva negativa com narrativas resgatam seu protagonismo histórico.

Assim, a combinação dessas fontes primárias, secundárias e orais contemporâneas possibilita uma análise multifacetada, capaz de iluminar os mecanismos de desqualificação da presença feminina nos espaços de poder e sua reverberação até os dias atuais.

Diante desse cenário, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a construção do mito de Ana Jansen que carrega uma memória punitivista, como forma de condenação das mulheres em espaços de poder na sociedade patriarcal maranhense do século XIX. Os objetivos específicos incluem: analisar os fatores socioculturais presentes no contexto da sociedade maranhense do século XIX que definiam os espaços de atuação feminina; abordar de que maneira a trajetória singular de Ana Jansen contribuiu para a reação conservadora por meio da construção do mito em torno de sua imagem pessoal; destacar a relevância histórica e o protagonismo de Ana Jansen na sociedade de sua época, apontando como se deu a construção de sua memória até os dias atuais.

A relevância deste trabalho reside na contribuição que oferece para o campo da história, ao analisar uma figura feminina historicamente estigmatizada a partir de suas representações simbólicas e das disputas de sentido em torno de sua memória. Ao articular gênero, poder, mito e imaginário, a pesquisa amplia o debate historiográfico sobre a presença feminina nos espaços de decisão do século XIX, evidenciando como narrativas simbólicas atuaram na construção de modelos e antismodelos femininos.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, “Ana Jansen e o poder”, examina os espaços de atuação da matriarca, considerando sua presença simultânea no âmbito público e privado. Na administração de negócios, na política pelos bastidores do partido liberal (Bem-te-vi), na família exercendo o papel de matriarca dos Jansen.

O segundo capítulo, “Ana Jansen e o mito”, discute a construção simbólica de sua imagem após sua morte, em 1869, marcada pela circulação oral de boatos e narrativas que se consolidaram na lenda da “Carruagem de Ana Jansen”.

O terceiro capítulo, “Ana Jansen e a memória”, apresenta as disputas de memórias em torno de sua imagem, com as memórias positivas e afetivas de seus descendentes, e as memórias construídas como uma forma de estigmatizar seu comportamento e torná-la um antismodelo feminino.

1. ANA JANSEN E O PODER

O Maranhão do século XIX foi marcado pela escravidão, por desigualdades sociais, estruturais e pela vigência de um sistema patriarcal¹ que delimitava as relações de poder. A economia, ancorada no trabalho escravizado, era controlada por uma elite agrária que se perpetuava em uma sociedade hierarquizada. Nesse contexto, os homens da elite ocupavam os espaços de decisão política, influência pública, empresarial e midiática, esse último através dos jornais, enquanto às mulheres, sobretudo, reservava-se o âmbito doméstico, consolidando uma nítida assimetria de gênero que limitava suas possibilidades de atuação.

Nesse cenário, a presença feminina em espaços de poder permaneceu marginalizada, frequentemente silenciada ou reduzida a papéis secundários. Ana Jansen², contudo, emerge como uma figura singular de resistência a esse padrão. Em meio a essa estrutura patriarcal do século XIX, apesar das limitações impostas pelo seu contexto social maranhense, ela desafiou as convenções de gênero vigentes, conquistando destaque nas esferas política, econômica e midiática do Maranhão.

Ao adentrar as esferas de predominância masculina, Ana Jansen conseguiu exercer poderes sociais mais amplos do que outras mulheres em seu contexto. De acordo com a historiadora Moraes (2025, p. 32): “A palavra poder é tão amplamente utilizada na sociedade que parece difícil imaginar sua origem, como se sempre fizesse parte da humanidade”. Para a autora, o poder está relacionado à capacidade de exercer domínio sobre indivíduos ou grupos que impõem autoridade a terceiros. Nessa perspectiva, pode-se inferir que Ana Jansen, também conhecida como Donana, exercia tal domínio, uma vez que integrava a elite consolidada da sociedade oitocentista maranhense.

A trajetória de Ana Jansen ilustra como privilégios permitiram a superação de barreiras de gênero em contextos escravocratas. Como destaca Moraes (2025, p. 9) “Ser uma mulher branca em uma sociedade escravocrata conferiu a Ana Jansen determinados privilégios que,

¹“Patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral” (Lerner, 2019, p. 322).

²Ana Joaquina de Castro Jansen Albuquerque, batizada com esse nome, nasceu em São Luís, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Catedral, no ano de 1798. Embora seu registro de batismo ainda não tenha sido encontrado, a própria Ana Jansen forneceu indícios dessa data ao atuar como madrinha, em 1832, no batizado de seu sobrinho José Jansen Paço, ocasião em que declarou ter 34 anos de idade. De origem nobre pela linhagem materna, sua família já se encontrava em situação de declínio econômico na época de seu nascimento. A matriarca veio a falecer em São Luís, no ano de 1869 (Abrantes e Santos, 2023, p. 29).

somados à sua posição econômica e as alianças estratégicas que estabeleceu, contribuíram para sua inserção em espaços tradicionalmente masculino”.

Essa análise é complementada pela perspectiva de Abrantes e Santos (2023), que enfatizam como Ana Jansen, mulher branca, escravocrata e proprietária de vastos bens com significativa influência política, se tornou um símbolo feminino em sua época, desconstruindo as normas estabelecidas e rompendo com a expectativa de que mulheres, de sua classe, deveriam se limitar ao espaço privado. As autoras revelam que os privilégios raciais e econômicos não apenas facilitaram sua ascensão, como também posicionaram como agente de ruptura em estrutura patriarcal.

A ascensão social³ de Ana Jansen ocorreu a partir de seu casamento com o Coronel Isidoro Rodrigues Pereira, o homem mais rico da província maranhense, cuja fortuna vinha de suas atividades como negociante e agricultor. Ana Jansen alcançou um feito improvável para as mulheres de sua condição: casar-se sendo mãe solteira, sem dote e sem fortuna (Abrantes; Santos, 2023).

Naquela época, o dote era uma garantia para o casamento de mulheres que se enquadrava no perfil de “honestas”, dedicadas aos afazeres domésticos e distantes dos perigos associados à prostituição. Contudo, a matriarca não se encaixava nesse padrão, pois já tinha um filho e foi amante do Coronel Isidoro Pereira por muitos anos, vivendo na condição de concubina, com quem teve cinco filhos e na condição de casada mais uma filha. A sociedade conservadora maranhense foi obrigada a aceitar a sua presença no meio social, mesmo sob suspeitas sobre sua “honra” (Abrantes; Santos, 2023).

Segundo Janotti (1996, p. 233), “surpreendeu a elite de São Luiz⁴ que, não conformada com tal consórcio, atribuiu-o à ingenuidade do noivo e à esperteza, energia e vontade imperiosa de Donana”. Para a autora Janotti (1996) que a sociedade da época por não aceitar o casamento de Ana Jansen com Isidoro Pereira, o retratou como passivo e Ana Jansen como uma mulher ardilosa que estaria interessada nos bens materiais, uma vez que era uma mulher pobre antes do casamento.

Sendo assim, a mulher nesse período era rotulada para permanecer em um padrão estabelecido pela sociedade. A condição da mulher casada não se enquadra no requisito de administradora de seus próprios bens, pois essa tarefa cabia aos seus pais e seus maridos, e não

³ “Em 1823, a família Jansen Pereira já estava constituída oficialmente, com a legalização da união conjugal entre Ana Jansen e Isidoro Rodrigues Pereira, por meio do casamento a face da Igreja” (Abrantes e Santos, 2023, p. 111).

⁴ A palavra “São Luiz” esta escrita dessa maneira por conta que é uma citação direta do texto Janotti em 1996, em que era muito utilizada no período.

era convencional esposas exercerem essas atividades quando tinham a presença masculina em seu âmbito familiar.

Essa lógica sustenta não apenas costumes, como também discursos científicos, religiosos e sociais que reforçam uma visão de inferioridade feminina em que o homem é visto como sujeito do espaço público e racional, e a mulher, como responsável pelo espaço doméstico, associada às emoções e ao cuidado. Assim, essa divisão de esferas foi um dos principais mecanismos de exclusão das mulheres na vida política, econômica e intelectual (Machado, 2017).

Como observação sobre a época, Vaquinhos ressalta (1997, p. 35): “A inferioridade jurídica da mulher casada, considerada perante a lei uma menor; a emergência da ideologia puritana que, ao circunscrever a mulher ao lar e à família, a excluía da vida pública.” A pesquisadora evidencia a inferioridade jurídica da mulher casada, o que reflete diretamente a emergência de uma ideologia puritana que restringia seu papel ao espaço doméstico e familiar, afastando-a da esfera pública. Essa análise contextualiza as barreiras estruturais que moldaram a experiência feminina e serve como ponto de partida para compreender trajetórias de resistência, como a de Ana Jansen, que evidencia uma ruptura em relação às normas de gênero do século XIX.

Enquanto a maior parte das mulheres só assumia a condição de proprietária após a viuvez ou na ausência de herdeiros masculinos, Donana se destacou por gerir e expandir o patrimônio ainda em vida do marido. E essa informação é relevante porque questiona a lógica patriarcal que atribui exclusivamente aos homens a competência para administrar os bens familiares.

Na área comercial, Ana Jansen assumiu a liderança, ampliando seus bens que foram herdados de seu primeiro marido, soube ampliar os negócios, vendeu terras improdutivas e investiu em mão de obra escravizada, assim como também na compra de imóveis na cidade de São Luís⁵. Essas atitudes eram vistas com desconfiança pela elite maranhense, afinal para a sociedade da época não se esperava que esposas fossem tão ativas nos negócios, isso causava

⁵ Sobrado no Largo do Palácio; Casa de sobrado na rua da Palma; Casa Nobre -Sobrado na rua dos Remédios, no 80; Quinta na rua da Concórdia; Casa na rua da Viração; Morada de casas térreas na rua dos Afogados; Morada de casa térrea de soque situada na rua da Paz; Casa de sobrado, com mirante, situada na Travessa do Sineiro; Casa térrea no sítio do Caju, no 3; Casa térrea na rua Grande, no 9; Casa térrea na rua das Hortas, no 28, canto com a rua dos Afogados; Casa de sobrado de canto na praia de Santo Antônio; Casinha de porta e janela, construída de pedra e cal, no beco do Prego, no 1; Cinco casinhas de porta e janela alugadas a terceiros; Meia morada de casa situada no beco do Prego; Casa assobradada construída de pedra e cal, situada na rua das Violas, N° 147 (Abrantes e Santos, 2023, p. 165).

estranheza. No entanto, ela continuou administrando seus bens, em meio às críticas e expandindo seu patrimônio (Abrantes; Santos, 2023).

Figura 1- Casa Nobre -Sobrado na rua dos Remédios



Fonte: Jornal O Imparcial, 2018

Na figura 1, é uma das propriedades da matriarca dos Jansen, nessa casa ela exerceu o matriarcado familiar e participava da vida política através dos bastidores, sua casa era uma das mais luxuosas na Província Maranhense. A casa contava com azulejos portugueses na cor azul e branco, portas de madeiras e várias janelas nas laterais e na frente do casarão na cor branca.

Ana Jansen, exerceu um papel que era destinado aos homens de elite em sua época, sua habilidade comercial foi um diferencial, porque o Maranhão passava por um período de crise e instabilidade política. No entanto, a matriarca conseguiu administrar e multiplicar os bens em meio à crise econômica, consolidando sua influência e poder.

A matriarca tinha várias fontes de renda⁶ como: o cultivo de arroz e de algodão em suas fazendas no interior da província, além da manutenção da mão de obra escravizada através de

⁶ Produção de telhas, o aluguel de propriedades e o fornecimento de água à população. Sua atuação no ramo de telhas e tijolos, em particular, fica evidenciada por um anúncio publicado no jornal Publicador Maranhense em 1848, que confirma a participação direta de Donana nesse setor comercial (Abrantes e Santos, 2023).

seus feitores, mas à medida que seus filhos ficavam adultos, era passado a eles a tarefa de administrar, mas na supervisão de Donana. Em relação à mão de obra escravizada, eles tinham uma rotina exaustiva, como madrugar trabalhando enquanto seus senhores enriqueciam ao seu suor e com Ana Jansen não era diferente, uma vez que ela possuía muitas pessoas escravizadas (Abrantes; Santos, 2023).

Nesse sentido, Ana Jansen participava da vida comercial, frente aos negócios familiares, exercendo um matriarcado fora dos espaços privados. A importância das mulheres em posições de autoridade dentro de sistemas patriarcais, embora subordinadas em termos culturais e jurídicos, algumas matriarcas exerciam controle significativo sobre os recursos econômicos e humanos.

Na capital, Ana Jansen realizava locações de imóveis no centro da cidade, fabricação de telhas e o abastecimento de água por meio de carroças conduzidas por escravos com habilidades comerciais. Em meados do século XIX, o abastecimento de água na cidade era realizado pela população por meio de poços ou nascentes. Ana Jansen identificou nesse contexto uma oportunidade de lucro, oferecendo um serviço de fornecimento de água, que vinha de suas fontes do Apicum e Vinhais (Abrantes; Santos, 2023).

Nesse sentido, Donana se destaca novamente como uma figura singular, principalmente devido a sua atuação no mercado urbano, revelando não apenas sua habilidade em identificar as oportunidades econômicas, mas também o papel feminino em atividades comerciais em um contexto dominado por estruturas patriarcais.

Em 1856, foi assinado um contrato para a criação da Companhia das Águas do Rio Anil, com um projeto de abastecimento de água para residências da cidade, concluído em 1862. Contudo, Ana Jansen, que se opunha fortemente à empresa, foi apontada como uma das principais suspeitas de sabotagem, espalhando boatos de que água fornecida seria suja e continha animais mortos nas caixas d'água. Além disso, a companhia enfrentou problemas como entupimento de canos, defeitos e desaparecimento de peças, reforçando as suspeitas contra ela. Com isso, a empresa não conseguiu se manter e faliu, deixando o monopólio de abastecimento de água para Ana Jansen. Devido a esse poder econômico ela usufruiu de uma parte para seu luxo e conforto pessoal, assim como alianças estratégicas com o financiamento para ajudar na repressão de revoltas populares (Abrantes; Santos, 2023).

A influência de Ana Jansen foi forte no cenário econômico e político do Maranhão no século XIX, em que revela que as práticas questionáveis foram empregadas para manter seu domínio no mercado de abastecimento de água, a exemplo da sua oposição à Companhia das Águas do Rio Anil.

Segundo Abrantes e Santos (2023), após o falecimento do seu primeiro marido, Ana Jansen assumiu a responsabilidade de cuidar dos filhos. Embora tivesse pouca instrução formal e não contasse com a educação refinada típica das elites de berço, reconhecia o valor do ensino como estratégia de permanência e ascensão social. Por isso não hesitou em investir na formação dos filhos, direcionando-os para carreiras de prestígio, como militar e política.

Conforme destaca Mota (2022), esse cenário de transformações culturais e sociais no Maranhão oitocentista favoreceu o crescimento de veículos de informação como jornais⁷. Tais meios de comunicação, contudo, estavam condicionados à elite maranhense que priorizava o letramento como marcador de distinção social.

Nesse cenário, a elite da sociedade maranhense buscava afirmar-se como educada e refinada, o que levava muitas famílias a enviarem seus filhos para estudar no exterior, especialmente na Europa, como a Universidade de Coimbra, em Portugal. Ana Jansen, que participava da elite provincial, também investiu na formação de seus filhos, Isidoro Jansen Pereira e Manuel Jansen Pereira enviando-os para estudar na Europa (Mota, 2022).

A valorização da educação e da mobilidade social reflete a pluralidade de atuação de Ana Jansen na sociedade maranhense, caracterizando mais um poder⁸ que se manifestavam em diversas esferas. Além de administrar negócios e gerenciar a mão de escravizada, a matriarca dos Jansen liderava o Partido Liberal Bem-te-vis e era proprietária do jornal “O Guajajara”.

Por meio desse periódico, empregava retórica satírica e irônica para confrontar opositores, como evidenciado no editorial de 1º de abril de 1840, que apelava à coesão e à cautela diante de ameaças predatórias, dando uma alusão às manobras políticas para combater a corrupção conservadora, do partido Cabano.

Nesse contexto, Ferreira (2010), observa que nos primeiros jornais brasileiros, a presença feminina nos espaços discursivos da imprensa era limitada, refletindo as barreiras impostas às mulheres na esfera pública. Entretanto, Ana Jansen, por sua posição privilegiada como membro da elite política e empresarial, conseguiu romper essas restrições, garantindo visibilidade no espaço midiático. Sua atuação como proprietária do jornal “O Guajajara” não apenas ampliava sua influência política, mas também desafiava as normas de gênero da época, consolidando sua imagem como uma figura de destaque no cenário sociocultural do Maranhão do século XIX.

⁷ Os jornais são utilizados pelos historiadores como fontes históricas, que permitem compreender as particularidades do passado e as dinâmicas da época.

⁸ “Poder vem do latim *potere*: o direito de deliberar, agir e mandar e também, dependendo do contexto, a faculdade de exercer a autoridade, a soberania, ou o império de dada circunstância ou a posse do domínio, da influência ou da força” (Brígido, 2013, p. 58).

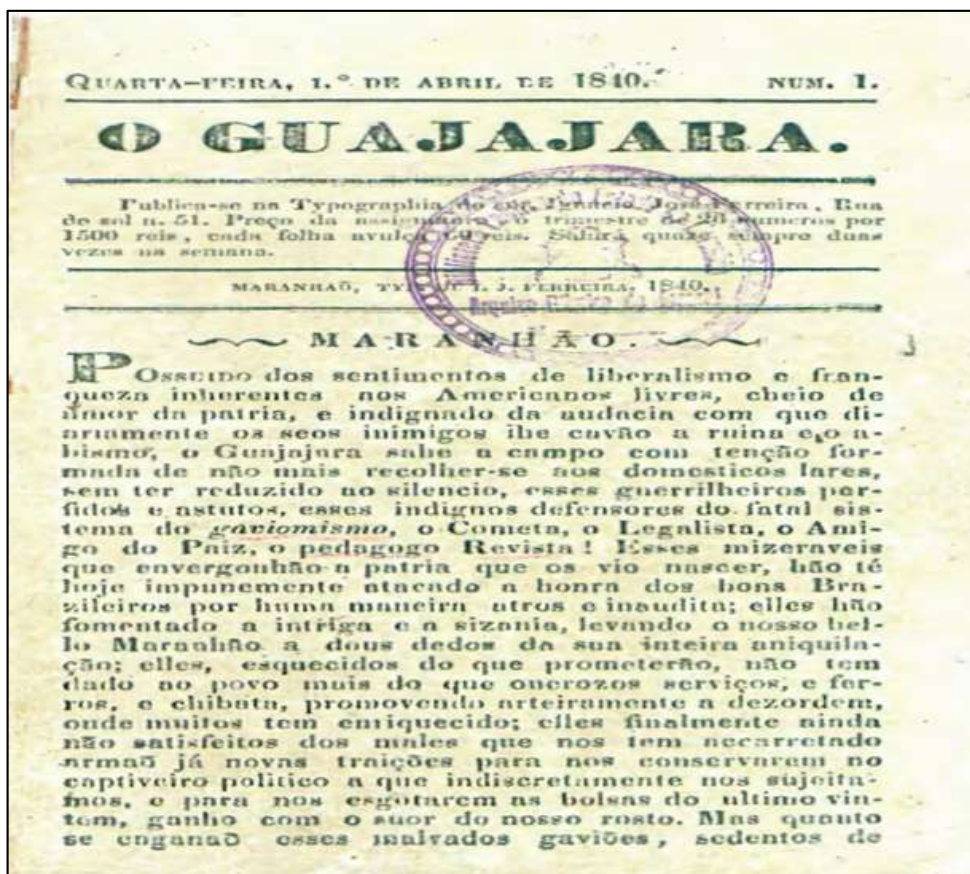
Outro exemplo de poder de Ana Jansen foi sua atuação no combate à revolta da Balaiada (1838-1841)⁹, reprimida pela elite escravocrata maranhense, sendo a família Jansen uma das principais apoiadoras da repressão ao conflito, cujo objetivo era trazer a ordem pública novamente a província, em troca, obter privilégios imperiais.

O período oitocentista maranhense, principalmente em relação à política, apresentava instabilidade, havia uma troca de acusações recíprocas sobre a responsabilidade pelo crescimento da revolta dos balaaios. Os meios jornalísticos eram a forma mais usada pelos líderes dos partidos liberal e conservador (Borralho, 2005). A revolta da Balaiada, causou uma instabilidade, crises da lavoura de algodão e crescimento demográfico, fez com que fazendeiros se mudassem com suas famílias definitivamente para a capital no centro urbano. E Ana Jansen, por ter muitos imóveis em São Luís, lucrava realizando locações (Abrantes; Santos, 2023).

O jornal O Guajajara, de Donana Jansen, publicava ofensas, difamando e importunando seus inimigos, em seu primeiro exemplar publicado no ano de 1840, acusava o partido conservador de terem contribuído para a desordem, advento da revolta da Balaiada.

⁹ Conflito que teve caráter multiclassista, envolvendo fazendeiros, vaqueiros, artesãos, pequenos lavradores, desertores, escravos e livre pobres sem ocupação fixa, mas as lideranças eram homens do povo, o vaqueiro Raimundo Gomes, o camponês e fabricante de balaio Manoel dos Anjos Ferreira e o líder quilombola Negro Cosme (Abrantes; Santos, 2023, p. 114).

Figura 2 Jornal O Guajajara de 1840



Fonte: Acervo Digital do Maranhão/ jornal O Guajajara, 1 abr. 1840, n. 1, p. 1.

Esse recorte de jornal é um exemplo de como era relatado a sua visão quanto ao sistema político da época, no qual são chamados de “gavionismo”, que por culpa da corrupção da elite política que estava no poder, a qual o partido de Ana Jansen fazia oposição, a população estava insatisfeita, e que tais atitudes levavam a Província às ruínas. A família Jansen utilizava-se do jornal "O Guajajara" como método para atingir seus adversários políticos, com uso de apelidos que desqualificavam seus inimigos e essa prática era muito utilizada pelos jornais da época porque a maioria tinha tom agressivo (Abrantes; Santos, 2023).

Conforme destacado por Abrantes e Santos (2023), Donana exercia influência política nos bastidores, uma vez que, devido às restrições de gênero da época, não podia ocupar cargos políticos nem exercer o direito ao voto¹⁰. Seus filhos, Manoel Jansen Pereira e Isidoro Jansen Pereira, atuavam como seus representantes no cenário público. Durante as reuniões do partido,

¹⁰BRASIL. Constituição (1824). Art. 91: Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos políticos. II. Os Estrangeiros naturalizados

suas opiniões eram consideradas com seriedade pelos correligionários, embora o ambiente fosse marcado por disputas e tensões.

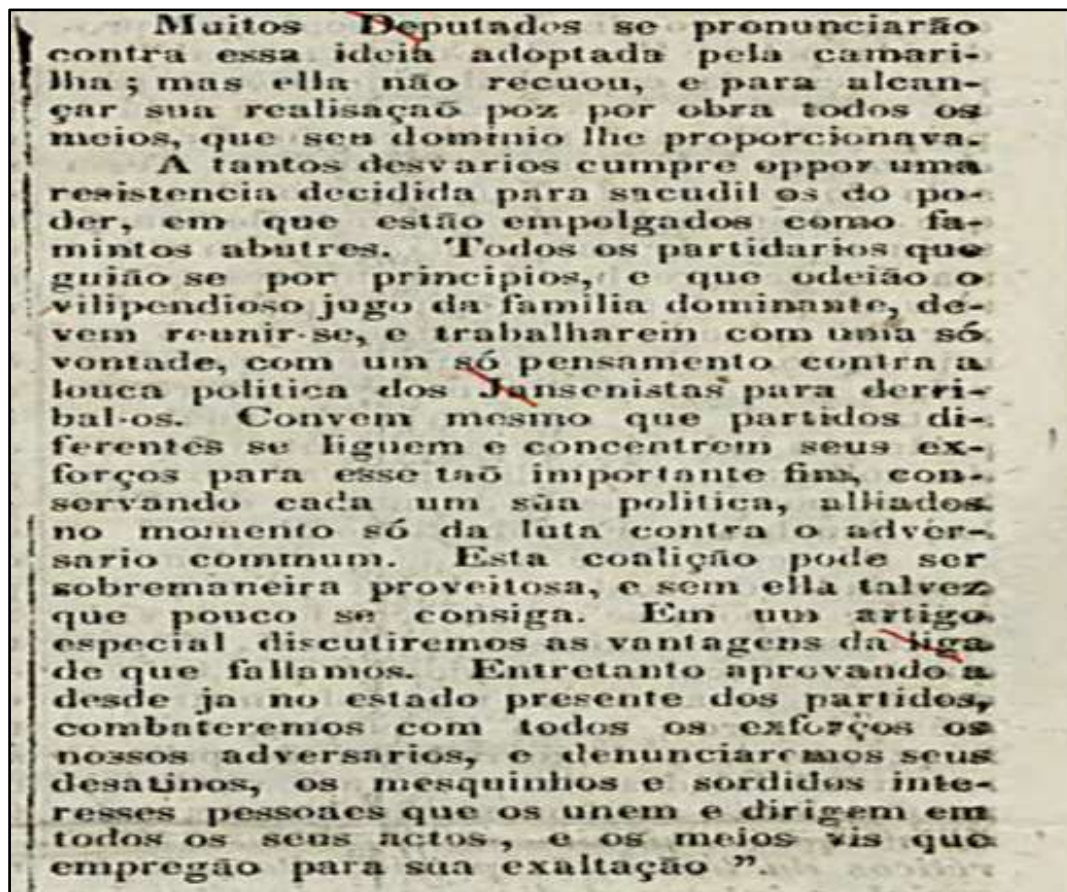
Ana Jansen empregou estratégias indiretas e sutis para exercer influência política na sociedade, utilizando-se de mecanismos discretos que embora menos visíveis, produziam efeitos expressivos e duradouros, reverberando de maneira silenciosa como sussurros que, mesmo em tom baixo alcançava seus objetivos (Moraes, 2025, p. 33).

Conforme Abrantes e Santos (2023), a matriarca da família Jansen buscava consolidar a expandir seu legado de influência por meio de uma estratégia deliberada que envolvia proporcionar uma educação esmerada às suas filhas e netas, com o propósito de assegurar casamentos vantajosos com os melhores partidos da sociedade local. Essa prática não apenas visava fortalecer os laços entre as famílias mais influentes dos Jansen, mas também tinha como objetivo estabelecer alianças políticas estratégicas.

Ana Jansen, considerada uma mulher de pulso firme, não tolerava ser passada de trás, quando recebia acusações sobre as suas condutas fora dos padrões, ou sobre a forma como liderava sua família e negócios, ela rebatia a altura.

O jornal “A Revista”, que tinha como redator Sotero dos Reis, um conservador, utilizou-se do meio midiático para insinuar acusações contra a família da matriarca dos Jansen, porque a considerava oligárquica e abusiva, fazendo também acusações de nepotismo e corrupção.

Figura 3 Jornal A Revista 1843



Fonte: Acervo Digital do Maranhão/ jornal A Revista, 10 jan. 1843,

Neste fragmento jornalístico, datado de 10 de janeiro de 1843, o autor enfatiza a sua insatisfação quanto a política da família dominante, que podemos entender que seria à família Jansen, retratada como “famintos abutres”, e propunha uma resistência contra eles, para se reunir em uma só vontade, pensando contra a “louca política dos Jansenistas”, que tinha por objetivo enfraquecer os liberais.

Ana Jansen destacou-se por estabelecer um matriarcado¹¹ em sua família, centralizando as decisões sob sua autoridade. Sua personalidade marcante, capaz de desafiar as normas morais da época e ocupar espaços tradicionalmente masculinos, permitiu-lhe ampliar significativamente sua influência na sociedade (Abrantes; Santos, 2023).

¹¹ É definido como o poder exercido por mulheres, nas esferas de domínio público e nas relações exteriores, em que as mulheres tomam decisões essenciais não apenas para seus pares, mas para a comunidade (Lerner, 2019, p. 53)

Devido a essa influência acumulou inimizades ao longo de sua vida, em especial com o comendador Meireles¹², que não poupava esforços para difamá-la nos círculos sociais e políticos de São Luís. Para ele, a matriarca da família Jansen estava convertendo a capital maranhense em uma espécie de senzala gigante, tratando as pessoas ao seu redor como meras extensões de sua propriedade. Esse rancor se agrava porque o comendador Meireles não suportava ver aquela senhora como financiadora e protetora do Partido Liberal, chamado Bem-te-vi (Abrantes; Santos, 2023).

Conforme Abrantes e Santos (2023), Ana Jansen utilizava o jornal O Guajajara como instrumento para atacar um de seus principais adversários, Cândido Mendes de Almeida, a quem se referia de forma pejorativa como “Cão Mendes”, em manchetes. Por meio do periódico, ela proferia duras acusações contra ele, questionando sua honra com insultos e insinuações. Além disso, criticava as ideias abolicionistas de Mendes, chegando a acusá-lo de incentivar a insurreição dos escravizados durante a Balaiada.

Ao abordar um outro poder de Ana Jansen, segundo Mota (2022), sua habilidade administrativa foi crucial para ampliar seu patrimônio e consolidar sua inserção nas esferas políticas do Maranhão, favorecendo seus interesses e os de seus familiares. Contudo, sua proeminência gerou resistências, expressas em narrativas difamatórias que buscavam deslegitimar sua autoridade e perpetuar mitos depreciativos sobre sua imagem.

Outro aspecto que contribuiu para a construção de narrativas em torno de Ana Jansen foi a sua vida sexual, considerada fora dos padrões estabelecidos pela sociedade oitocentista e que não se limitou ao primeiro casamento. Durante o período de viuvez, teve mais quatro filhos, registrados como expostos em lares de famílias conhecidas. Essa era uma estratégia muito utilizada pelas mulheres, para não sujar a sua honra perante a sociedade. Apesar que Ana Jansen assumiu seus filhos como legítimos e que em seu testamento disse que eles eram frutos de sua fragilidade.

O controle sobre o desejo feminino impunha que as mulheres ocultassem seus sentimentos, sob pena de serem comparadas às prostitutas, vistas como figuras anormais e portadoras de uma sexualidade desmedida. No entanto, o caso da matriarca evidencia que tanto as mulheres do povo quanto das elites encontraram estratégias para driblar a vigilância familiar e social e vivenciar sua sexualidade. Esse movimento ocorria em meio ao surgimento do amor

¹² “Antônio José Meireles, este era um de origem portuguesa, era dono de ricas terras/posses, e tinha a imprensa ao seu lado, aliado com Sotero dos Reis que publicou diversos periódicos difamatórios dos seus opositores políticos no seu jornal A Revista” (Mota, 2022, p. 47).

romântico e às críticas crescentes aos casamentos arranjados pelas famílias, revelando tensões entre normas patriarcais e práticas cotidianas (Abrantes; Santos, 2023).

Ana Jansen, teve postura ao reconhecer legalmente os filhos que foram concebidos fora do matrimônio, e isso evidencia uma ruptura com os padrões morais da sociedade maranhense oitocentista. Assumiu publicamente esses vínculos, através de sua condição socioeconômica, em que ela contrariava as expectativas impostas às mulheres, que deveriam manter a honra como um bem inegociável. E esse gesto pode ter sido interpretado como uma forma de resistência diante do controle patriarcal e religioso que buscava silenciar a autonomia feminina (Machado, 2017, p. 42).

No Maranhão oitocentista, o sistema patriarcal foi reconfigurado e se expressava de maneira concreta nas relações sociais, sustentado tanto pela economia escravista quanto pela estrutura hierárquica de poder vigente. A supremacia masculina não apenas delimitava os espaços públicos e privados, mas também legitimava a desigualdade de gênero como parte de uma ordem naturalizada. Assim, mesmo em contextos de transformação histórica, mecanismos de dominação continuaram a assegurar vantagens ao masculino, enquanto restringiam a autonomia e a participação das mulheres na vida social.

Ana Jansen, ao exercer influência tanto na esfera familiar quanto pública, desafiava as expectativas de gênero, tornando-se alvo de narrativas punitivas que buscavam limitar sua atuação. O patriarcado, como sistema social de supremacia masculina, estruturava-se além da autoridade paterna no âmbito doméstico, configurando uma organização social que desqualificava a presença feminina no poder.

Conforme Narvaz e Koller (2006), a família patriarcal constituiu uma das matrizes da organização social brasileira desde a colonização, restringindo os direitos civis das mulheres até pelo menos as primeiras décadas do século XX. Assim, a trajetória de Ana Jansen evidencia não apenas sua capacidade de subverter as normas de gênero, mas também a força do patriarcado como estruturante das relações sociais, perpetuando desigualdades que transcendem o espaço privado e moldam a sociedade brasileira.

Ainda que o patriarcado moderno tenha assumido novas formas ao longo da história, suas bases permanecem ancoradas no pensamento tradicional, que se apoiava na autoridade paterna como modelo de poder. Mesmo quando, a partir do século XVII, discursos políticos e ideológicos apontaram para um possível declínio desse modelo, a supremacia masculina foi preservada, sobretudo no âmbito conjugal, onde a submissão feminina continuou a ser naturalizada. Isso revela que as mudanças do patriarcado não representaram sua superação, mas apenas uma reconfiguração de suas formas de controle (Narvaz; Koller, 2006).

A presença das mulheres nos espaços de poder tem sido historicamente restringida pela sociedade patriarcal, e aquelas que conseguiram se destacar frequentemente foram desqualificadas, como é o caso de Ana Jansen. E tal sub-representatividade reflete atualmente.

De acordo com Souto e Sampaio (2021, p. 12):

[...] O aspecto cíclico desse problema decorre da análise de que se não há social, cultural e politicamente incentivo à igualdade de gênero, não há igualdade de participação política. O maior tempo de exposição à democracia não reflete no aumento do número de mulheres na política, apenas altera quais estratégias precisam ser usadas para aumentá-lo. Assim, países há mais tempo democráticos ou há menos tempo enfrentam o mesmo problema, que faz com que as mulheres retornem ao limbo do confinamento de uma vida essencialmente privada.[...] A análise, portanto, sobre os desafios à participação feminina na política precisa suplantar o viés patriarcal opressor e criar mecanismos que promovam a real mudança da mentalidade que visualiza apenas os homens como *homo politicus*.

Para os referidos autores, a representatividade feminina nesses espaços ainda é limitada, pois falta incentivo social, cultural e político à igualdade de gênero impede a participação das mulheres na política. E o círculo de exclusão feminina nos espaços de poder, ainda se mantém, o que aponta para a necessidade de ações mais concretas e sistemáticas para quebrar a desigualdade estrutural.

Outrossim, os autores também destacam a necessidade de uma mudança mental e desconstrução do patriarcado, pois propõe uma análise sobre os desafios à participação feminina na política, no qual se deve ultrapassar o viés patriarcal que restringe a visão do homem como o único sujeito político. Logo isso implica que é fundamental trabalhar para desconstruir essa visão histórica, no qual se faz necessário implantar mecanismos de mudança cultural e social que permitam que as mulheres sejam vistas e reconhecidas como agentes políticas.

Para Tedeschi (2015), ao reconhecer que a memória e a história das mulheres foram, por muito tempo, atravessadas por acontecimentos que silenciaram suas experiências e limitaram sua presença nos espaços de poder, o qual torna-se evidente que exclusão feminina da política não se explica apenas pela ausência de participação formal, mas pela própria construção simbólica do patriarcado. No qual, compreender o modo como o passado foi narrado e quais vozes foram privilegiadas permite entender por que ainda hoje persiste a visão do homem como sujeito central da política. Esse olhar histórico, portanto, fortalece a urgência de promover mudanças culturais e sociais que desfaçam tais amarras, abrindo espaço para que as mulheres sejam reconhecidas e legitimadas como protagonistas na esfera pública.

A história das mulheres foi narrada a partir da perspectiva masculina, definindo como elas deveriam se comportar, o que era considerado aceitável pela sociedade, e reforçando o papel tradicional de mulher dedicada ao lar e à família. Aquelas que desafiavam esse padrão eram frequentemente rotuladas como imorais e sem caráter.

Conforme destacado por Tedeschi (2015), a História das Mulheres ao longo dos anos foi dominada por homens letrados que, por meio do controle da palavra escrita, privilegiaram narrativas de feitos heroicos e triunfos, reforçando o poder simbólico masculino e marginalizando outras vozes. E essa trajetória do silêncio causada pelo confinamento, sendo a escrita e o saber utilizados como instrumento de dominação em uma sociedade patriarcal, que busca manter a ordem por meio da exclusão das vozes femininas.

Para Beauvoir (1970), é necessário refletir sobre como a sociedade impõe regras, expectativas e normas que determinam o que é “ser mulher” ou “ser homem”. E isso é ensinado desde a infância, no qual as crianças são socializadas para seguir padrões de comportamentos e atitudes, sem a menos questionar o porquê. Isto é, enquanto as meninas são ensinadas a ser cuidadoras, submissas, sensíveis e passivas, os meninos são incentivados a serem racionais, ativos e assertivos. Tal a ideia de que “torna-se mulher”, a partir do processo de internalizar as normas sociais, culturais e comportamentais.

O gênero é uma categoria que se relaciona diretamente às dinâmicas de poder entre homens e mulheres. Essa abordagem considera que os comportamentos femininos e masculinos são definidos em função um do outro e que os papéis sociais atribuídos a cada sexo são resultados de construções sociais, culturais e históricas, fundamentadas nas diferenças percebidas entre os sexos, conforme argumenta Scott (1996).

Ao retomar a figura de Ana Jansen, observa-se que ela se destacou na sociedade patriarcal e escravocrata maranhense do século XIX devido aos seus feitos no âmbito empresarial e político, o que lhe conferiu o título de “Rainha do Maranhão”, em virtude de sua significativa influência política e financeira.

Em relação ao codinome da matriarca dos Jansen, as autoras Abrantes e Santos apontam (2023, p. 19):

[...] Ana Jansen, a Rainha do Maranhão. Era como os contemporâneos a chamavam, inicialmente como uma forma de provação por parte dos seus adversários, mas com o tempo acabou se tornando uma deferência para o “reinado” dessa matriarca dos Jansen que estendeu seu poder e autoridade para além dos círculos familiares, tornando-se uma figura lendária na fidalga e escravocrata sociedade maranhense. Até hoje o nome de Ana Jansen é o mais conhecido do Maranhão. E certamente era um dos mais comentados na sociedade maranhense do século XIX, seja entre as famílias de elite ou nas camadas populares. Sua fama crescia paripassu com sua ascensão social e fortuna, associado a um comportamento nada convencional para uma mulher de sua

classe social. Tal notoriedade fizeram com que fosse cognominada, ainda em vida, a “Rainha do Maranhão”.

As autoras contextualizam que a ascensão de Ana Jansen causou um impacto na sociedade maranhense, pois seu apelido “Rainha do Maranhão” não foi apenas uma forma de provocação de seus adversários, mas um reflexo do seu poder e de sua influência nas estruturas sociais e políticas do Maranhão no século XIX.

Sua notoriedade ultrapassou os limites da esfera privada, espaço socialmente destinado às mulheres do século XIX, e alcançou a vida pública, terreno reservado aos homens. E esse movimento revela não apenas sua força política e econômica, mas também o incômodo que sua atuação gerava em uma sociedade rigidamente patriarcal e escravocrata, que via com desconfiança qualquer comportamento feminino que escapasse das regras sociais.

Além disso, sua imagem foi transformada em um mito que demonstra que as representações sociais moldam a memória coletiva, tornando Ana Jansen um símbolo que atravessou as fronteiras sociais, dialogando tanto com as elites quanto com os setores populares. E seu codinome, ainda em vida, aponta para um reconhecimento público que mesclava respeito, temor e resistência, para a construção de um exemplo de como gênero, poder e memória se entrelaçam na construção das narrativas históricas.

2. ANA JANSEN E O MITO

O mito em torno da imagem de Ana Jansen revela como narrativas punitivistas¹³ foram mobilizadas para desqualificar seu protagonismo político e social. A influência que ela construiu ao longo de sua trajetória empresarial, política e familiar foi reduzida a uma lenda que a retrata como uma “rainha cruel”, impiedosa com seus escravizados e condenada por toda a eternidade. Essas acusações serviram como instrumento simbólico de controle social, perpetuando uma imagem negativa de sua figura e apagando sua relevância histórica.

A lenda da “Carruagem de Ana Jansen” popularizou-se no imaginário ludovicense por meio de relatos orais segundo os quais uma carruagem, conduzida por um cocheiro escravo sem cabeça e puxado por cavalos igualmente decapitados, percorreria as ruas de São Luís durante a madrugada, emitindo sons aterrorizantes e amaldiçoando aqueles que avistassem, e dentro dessa carruagem estaria Ana Jansen. O medo coletivo diante dessa narrativa expressa uma inversão moral significativa: a outrora poderosa Ana Jansen é convertida em um espírito penitente, condenado a vagar pelas ruas como punição por seus supostos pecados terrenos (Abrantes; Santos, 2023).

Figura 4 Ilustração da Lenda Carruagem de Ana Jansen



Fonte: Martins (2025, p. 47)

¹³ O caso de Ana Jansen não é um caso isolado sobre narrativas míticas em torno da figura feminina. Outra mulher que teve uma imagem mítica é Ana Jacinta de São José, conhecida como “Beja” que reverbera o seu nome, que foi construído em torno de sua personalidade relatos pelo imaginário e mentalidade de toda uma sociedade, que repercute até atualidade (Gomes; Cruz, 2018).

De acordo com a Abrantes e Santos (2023), essa mistificação pode ter origem em rivalidades políticas concretas como a disputa de Jansen com o comendador Meireles, e no ressentimento social decorrente da acumulação de riqueza, advinda do sistema plantation de algodão, arroz e cana-de-açúcar. O mito¹⁴, portanto, não apenas dramatiza o terror histórico da escravidão, mas também evidencia as tensões de gênero e de classes presentes no século XIX, nas quais uma mulher de posição ascendente, como Ana Jansen, desafiava as convenções patriarcais e a ordem social vigente.

Conforme explica Silva (2019, p.11), “o mito surge a partir da necessidade de uma explicação sobre a origem e o desenrolar dos acontecimentos, suas funções e finalidade, e os poderes do divino sobre a natureza e os homens”. A autora ressalta que o mito é um conceito de difícil definição justamente por envolver uma multiplicidade de dimensões simbólicas e culturas. Assim, o mito pode ser compreendido como uma tentativa humana de explicar a realidade, estruturando-se por meio de narrativas que atribuem sentido e moralidade às experiências coletivas.

Ainda segundo Silva (2019), o mito é construído por narradores reconhecidos socialmente, que utilizam uma linguagem persuasiva capaz de ajustar o enredo às necessidades simbólicas do grupo. Nesse sentido, a elite conservadora do Maranhão oitocentista apropriou-se do mito para forjar uma narrativa negativa sobre Ana Jansen.

Para Cardozo (2015, p. 52):

Portanto o mito é para quem o vive, uma forma de realidade, é para o mundo inteligível que dele nasce, uma totalidade indefinível. Configura o mundo em seus momentos primordiais, relata uma história sagrada; propõe modelos e paradigmas de comportamento; projeta o homem num tempo que precede o tempo; situa a história e os empreendimentos humanos num espaço indimensionável, define os limites intransponíveis da consciência e as significações que instalam a existência humana no mundo.

Ao construir a imagem de Ana Jansen como um ser amaldiçoado e moralmente corrompido, essa elite buscou desqualificar sua presença no espaço público, uma vez que ela ocupava posições de poder incomuns às mulheres de seu tempo e possuía significativa influência econômica e política, o que lhe rendia inúmeros inimigos, entre eles, empresários, políticos e jornalistas ligados aos interesses patriarcais e escravocratas.

¹⁴ Segundo Campbell (2008), os mitos da sociedade, em determinada época, constituem modelos sociais, conforme o tempo e os modos de manifestação do mito mudam.

A lenda urbana associada à Ana Jansen evidencia o poder de influência de seus adversários que conseguiram vincular a imagem de Ana Jansen à uma senhora maldosa, impiedosa com seus escravos. Ana Jansen, uma mulher em seu tempo, que era escravocrata, tinha atitudes comuns como de outros senhores, mas a fama de má se associou à ela.

Em relação ao conceito de lendas, são narrativas que envolvem elementos ou situações comuns do dia a dia, e que tem um caráter excepcional, ou absurdo, que provavelmente não ocorrem. Mas, por serem contadas como se o fato tivesse acontecido, garante credibilidade aos narradores que circulam através da oralidade entre comunidades (Lopes, 2008).

De acordo com Cardozo (2015), os mitos e lendas representam estratégias criadas pelo ser humano para interpretar e lidar com a realidade em que está inserido, emergindo especialmente diante de eventos inexplicáveis ou desafiadores. Ele destaca que "a força do imaginário coletivo é a sua principal força, ele precisa da força da palavra; não é apenas a explicação para algo que se compreende, mas também como acomodante e o tranquilizante para o mundo que se apresenta como assustador" (Cardozo, 2015, p. 53). Essa perspectiva enfatiza como o imaginário que não só busca compreender o desconhecido, mas também oferece conforto emocional perante o que parece ameaçador.

Cardozo (2015) reforça, assim como Lopes (2008), que as lendas se propagam principalmente por meio da tradição oral, com o propósito de dar sentido a fenômenos misteriosos ou sobrenaturais, entrelaçando elementos reais com invenções fantásticas, o que funde história e imaginação. Um exemplo ilustrativo é o caso de Ana Jansen, uma personalidade histórica que, ao longo do tempo, foi reinventada como uma rainha cruel nas narrativas populares. Essa lenda evolui e se transforma nas mãos do povo, adaptando-se às interpretações coletivas e às necessidades culturais.

Conforme ressalta Tedeschi (2015), é necessário refletir sobre a História das Mulheres, reconhecendo a memória e tempo são construções marcadas por interpretações e subjetividades, formam uma matéria-prima para a elaboração de narrativas. No caso de Ana Jansen, essas narrativas assumiram contornos negativos, atuando como mecanismo simbólico do patriarcado que buscou silenciar sua presença em espaços de poder. Esse processo se configurou como estratégia de exclusão e dominação, destinada a restringir as vozes femininas que tentavam se fazer ouvir em meio ao silêncio imposto pela social patriarcal.

O ideal feminino do século XIX, estava profundamente enraizado na concepção de uma mulher pura e imaculada, sem vestígios de pecado, tendo o papel da religião cristã como fundamento essencial para orientar sua conduta. Essa visão era vivenciada por meio da dualidade representada por Maria, a Virgem que encarna todas as virtudes, e Eva, retratada

como astuta e pecadora, culpada pela introdução do mal no mundo. Assim, esperava-se que as mulheres da elite se comportassem à semelhança de Maria, evitando qualquer atitude associada a Eva (Ezídio, 2024).

Ao fazer uma análise da presença feminina de Ana Jansen na sociedade patriarcal, ela estava fora dos padrões sociais, em relação à “pureza”, uma vez que casou-se sendo mãe solteira e a sua “honra” havia sido desfeita. Nessa perspectiva, a matriarca passou a ser associada a uma mulher ardilosa e esperta para os padrões femininos, porque administrava seus bens mesmo na presença de seu primeiro marido, Isidoro Pereira e para um sistema patriarcal era uma afronta.

Segundo Ferreira (2010), a identidade feminina urbana burguesa no século XIX era moldada para valorizar a maternidade e o cuidado com o marido e os filhos, sendo os jornais importantes veículos na disseminação desse ideal. Por meio de discursos subjetivos centrados na esfera privada, as publicações reforçam o papel da mulher como esposa, mãe e dona de casa. Nesse contexto, coletâneas de jornais incluíam conteúdos como artigos sobre figurinos, receitas culinárias, moldes de trabalhos manuais, contos e folhetins, que buscavam orientar as mulheres para o cumprimento dessas funções domésticas e sociais.

Ana Jansen, entretanto, não se enquadra no ideal feminino do século XIX, o que gerava indiferença e intrigas junto à elite patriarcal devido ao seu comportamento nada convencional. Representada como uma mulher de temperamento forte, que não tolerava ofensas de seus inimigos, sua imagem foi associada a traços violentos, especialmente em relação à sua escravidão, o que reverbera narrativas negativas e reforçava os julgamentos da sociedade (Moraes, 2025).

De acordo com Abrantes e Santos (2023), a matriarca Ana Jansen conquistou notoriedade por sua audácia tanto no espaço público, dominado por estruturas patriarcais, quanto em sua vida privada, onde, apesar de tentar esconder seus “deslizes” morais, desafia as normas rígidas da época. Essa ousadia expunha os preconceitos enraizados na sociedade maranhense contra mulheres de “carne e osso”, com seus desejos e necessidades reais, em oposição aos ideais de virtude feminina.

Outro fator que alimentava essas críticas era sua pouca instrução na educação convencional, oriunda de uma família com poucos recursos, sem o privilégio de uma formação de berço. Seus adversários a chamavam de analfabeta e ridicularizaram seu modo grosseiro de falar, desprovido da delicadeza típica das mulheres da elite. A sociedade patriarcal a via não como parte do “sexo da gentileza” ou do “sexo de porcelana”, mas como uma ameaça aos padrões delicados e refinados da feminilidade idealizada (Abrantes; Santos, 2023).

Em relação a educação feminina no século XIX, era voltada ao casamento, as boas maneiras e a formação para ser uma boa esposa, mãe e mulher submissa ao marido, refletindo a dicotomia entre educação e instrução, mencionada. “Até meados do século XIX, a educação das mulheres ainda se baseava na dicotomia entre educação e instrução, em que aos homens se instruía para desenvolver a inteligência e às mulheres se educava para desenvolver o caráter” (Abrantes, 2003, p.1).

As meninas da elite, especialmente nas principais cidades, começavam a receber uma instrução mais refinada, com aulas de línguas estrangeiras e aulas de pianos e outros instrumentos mais refinados, como também dança e noções básicas de cultura erudita, nos colégios particulares. Em contrapartida, os meninos desfrutavam de uma educação mais extensa e intelectual (Abrantes, 2003). Isso é um reflexo da influência patriarcal na sociedade maranhense.

Nesse contexto, para uma mulher conseguir prestígio principalmente nos espaços de poder, não era algo difícil, por seus espaços estarem associados ao privado, eram “donas do lar” essas mulheres eram educadas para que fossem um exemplo devota e honrada. Mas, Ana Jansen garantiu destaque, sendo até mesmo reconhecida como a Rainha do Maranhão. Porém, seus adversários buscaram rebaixar a sua atuação e seu reconhecimento. Através de acusações sobre sua postura, educação e honra, essas informações eram veiculadas nos jornais para elite da época, e entre as camadas populares, que reforçava tal imagem de mulher má e temperamento forte (Abrantes; Santos, 2023).

Para Janotti (1996), a imagem de Ana Jansen foi vista como autoritária e sendo a associada ao coronelismo. Durante o governo de Feijó ampliou-se o poder dos liberais ou bem-te-vis na Província, que intensificaram a perseguição aos cabanos os conservadores, e Donana conseguiu expandir sua autoridade sobre vários municípios através de seus filhos que exerciam postos como coronéis e militares.

Outro fator é que a lenda revela um período marcante na sociedade maranhense oitocentista, a escravidão. As pessoas em condição de escravizados eram tidas como propriedade, pelo qual podiam ser comprados, vendidos, alugados ou até mesmo doados por seus senhores. Não era considerado suas organizações familiares e nem a diversidade de grupos étnicos desses escravos que eram traficados da África para o Brasil. O período escravocrata revela que alguns senhores exerciam a violência contra esses escravos para que eles não pudessem se rebelar, não se considerava nem a formação familiar dessas pessoas. Esses senhores eram movidos pela lógica econômica e não se preocupavam em separar os filhos de suas mães e de seus pais (Abrantes; Pereira, 2013).

De acordo com Lopes (2008), uma lenda se transforma ao longo do tempo a partir da ideia de que uma determinada comunidade torna tal narrativa em um contexto reconhecível, trazendo assim, uma comprovação factual do conteúdo narrado por essa comunidade, que supostamente poderiam ser verdadeiras ou falsas. Assim como é observado na lenda de Ana Jansen.

A dominação das pessoas escravizadas era exercida sob a disciplina do chicote de seus feitores. No trabalho eram distribuídos em grupos, sendo esses responsáveis pelo plantio e colheita de produtos agrícolas como algodão, arroz e depois o açúcar. A rotina era longa, depois que o algodão estava pronto eles embalavam em sacos de tecidos grosseiros e seus senhores exportavam para outras províncias vizinhas, entre elas o Pará. Eles plantavam e cultivavam até os alimentos que consumiam, seus senhores tinham ganância nos lucros, pelo qual os trabalhadores escravizados não poderiam perder tempo no deslocamento para roça de algodão, por isso seus “dormitórios” eram mais próximos das lavouras (Pereira, 2006).

A perspectiva sobre Ana Jansen demonstra a necessidade de uma análise matizada da escravidão no Maranhão, para evitar estereótipos que demonizam individualmente enquanto normalizam a violência do sistema. Como destaca Abrantes e Santos (2023, p. 94), a brutalidade era um mecanismo estrutural de controle, presente em todos os níveis da sociedade escravista, independente do gênero ou status social. Por essa razão deve-se ter cuidado ao retratar a matriarca dos Jansen como a única cruel, sem considerar que ela estava inserida em um sistema opressivo, que contribui para uma compreensão da sociedade maranhense no século XIX.

A mão de obra escravizada era utilizada por essa elite que servia como status social, uma propriedade. Havia uma pluralidade de tarefas que eram exercidas pelas pessoas escravizadas. Ana Jansen, por ser uma proprietária de escravos, também usufrui desses moldes, uma vez que ela administrava diversos ramos no comércio, desde o algodão à venda de doces e aluguéis, distribuição de água, e seus escravos que exerciam essa tarefa.

Quanto aos escravizados, havia também o escravo de ganho, que era basicamente aqueles que não tinham uma profissão específica, então realizavam qualquer tipo de tarefa que eram demandados. No entanto, esses escravos tinham uma autonomia relativa sobre a sua força de trabalho. As mulheres escravizadas também desempenhavam atividades como amas-de-leite, cozinheiras, engomadeiras, quitandeiras entre outros serviços (Pereira, 2006).

Na obra de “Três mulheres da elite maranhense”, de Janotti (1996), há uma citação de D. Marta sobre a violência que os escravos sofriam pelos senhores, mas quem garantiu a fama de cruel foi Donana. “Assim, enquanto toda São Luiz imputava a Donana horríveis e

inconfessáveis crimes, podia dizer sobre ela: “estes atos tenebrosos que lhe atribuem não passam em boa parte de puras fantasias e baixos enredos de politicagem” (Janotti, 1996, p. 241).

A sociedade oitocentista, no sentido político, avaliava as atitudes de Ana Jansen incomuns, principalmente por sua posição política, tentando desmoralizá-la, associando a sua figura cruel e quem quisesse punir um escravo, era só vendê-lo para ela. Apesar do mito em si ter ficado mais influente após o seu falecimento, narrativas como essas foram veiculadas por seus adversários ganhando credibilidade social, uma vez que as pessoas temiam Donana e sua fama era comentada na cidade, devido os castigos, mutilações e assassinatos que supostamente ocorriam em suas propriedades (Janotti, 1996).

De acordo com Viveiros (1999), as vítimas do autoritarismo imperioso e truculento de Donana só conseguiam amaldiçoar seu nome, o que originou diversas lendas a seu respeito, algumas revelando mistérios íntimos e outras meras cópias de crônicas anteriores.

No século em que as relações de poder eram dominadas por estruturas patriarcais, Scott (2012) destaca como os homens que detinham o controle tratavam as mulheres que ousavam ascender aos sistemas de autoridade: com o claro intuito de desacreditá-las e corrigir o que viam como desvios ou condutas inadequadas. No caso de Ana Jansen, esse ambiente de poder não era visto como um espaço tradicional feminino pela sociedade patriarcal da época, reservado exclusivamente aos homens, o que tornava sua presença ali uma provocação constante.

Para Beauvoir (1970), a burguesia conservadora enxergava a emancipação das mulheres como um perigo real, uma ameaça à moral estabelecida e aos seus interesses econômicos e sociais. E essa burguesia temiam que tais exemplos inspirassem outras a buscar a liberdade nos espaços públicos e privados. Ana Jansen, conseguiu almejar esses dois espaços, através de seu poder econômico, em que exerceu não apenas autoridade na família como em outros meios, tal notoriedade garantiu o apelido de Rainha do Maranhão, um título que escoava sua força e resistência ao sistema patriarcal.

Mas, afinal, por que o mito de Ana Jansen ficou tão ligada a uma carruagem? Na São Luís imperial, era costume de as elites tradicionais maranhenses usarem esse tipo de transporte para ostentar riqueza e status, transportando não só o passageiro, mas toda uma comitiva familiar de uma só vez. Elas eram puxadas por cavalos e conduzidos por escravos cocheiros, num espetáculo de poder e luxo.

A carruagem de Ana Jansen se destacava como a mais célebre da cidade, pela elegância, beleza refinada e pela riqueza de detalhes como o brasão da família Jansen¹⁵ gravado como orgulho, tecidos de alta qualidade e um interior bem acolchoado, que transmitia não só opulência, mas também ousadia de uma mulher que desafiava as convenções (Abrantes; Santos, 2023).

Figura 5 - Brasão dos Jansen



Fonte: (Santos, 1978, p. 90 *apud* Abrantes; Santos, 2023, p. 30).

Donana Jansen, demonstrava em seu meio social a sua ascendência à nobreza, através de familiares antepassados, de acordo com Abrantes e Santos (2023, p. 30-31), “é difícil precisar até que ponto esse capital simbólico de possuir estirpe nobre foi utilizado para obter ascensão social por meio de um casamento vantajoso”. Em relação à carruagem, era símbolo de riqueza nesse cenário, em que demonstrava o poder aquisitivo de Ana Jansen, como uma

¹⁵ Ana Jansen descendente de uma linhagem nobre portuguesa originária do rico negociante Pedro Jansen Müller, que, em 1719, recebeu de D. João V a carta de brasão de armas, em que o elevou à alta nobreza de Portugal (Abrantes; Santos, 2023; Coutinho, 2005).

matriarca poderosa, tanto financeiramente como política, sendo aliada ao partido liberal no Maranhão do século XIX.

Figura 6 Reprodução da Carruagem de Ana Jansen



Fonte: (Santos, 1978, p. 60 apud Abrantes; Santos, 2023, p. 86).

É interessante notar que essa elite maranhense era formada por uma minoria branca, soberba e altiva, que se instalava em ricos palacetes inspirados no padrão cultural europeu, exibindo sua superioridade sobre as demais classes sociais. Tal riqueza vinha através do crescimento econômico em que contribuiu para que muitos fazendeiros e comerciantes viessem para São Luís.

Donana, que havia ascendido socialmente por meio de esforços e habilidades administrativas, buscava se destacar justamente por meio de seus bens materiais. A quebra de expectativas surge quando esse ícone de riqueza e poder sua carruagem luxuosa se torna símbolo central da lenda. Para seus adversários nem todo dinheiro bastava para apagar sua origem humilde, faltava a ela, diziam eles, refinamento e a educação das verdadeiras damas da sociedade (Abrantes; Santos, 2023).

Em uma sociedade machista e escravista como a de São Luís no século XIX, era conveniente ignorar as atrocidades cometidas por senhoras "exemplares" e devotas, que estavam no padrão de esposa, dona do lar, um exemplo disso temos o crime da baronesa do Grajaú contra o escravo Inocêncio, comprovado em juízo. Mas, concentrou-se a culpa apenas

em Ana Jansen que era uma mulher que desafiava o ideal de virtude feminina. Embora Ana Jansen fosse uma senhora de escravos, causa espanto que apenas sua fama de crueldade tenha se cristalizado popularmente, diferente de outras figuras como a baronesa (Abrantes; Santos, 2023).

Segundo o historiador Yuri Costa (2017), o crime da Baronesa de Grajaú como ficou conhecida Ana Rosa Ribeiro contra a vida do escravo Inocêncio, revela a passividade da sociedade escravista maranhense. Por ser uma mulher “exemplar”, devota e honrada, que priorizava à família de acordo com as normas patriarcais, não foi punida pelo crime. Sua defesa alegou que a violência exercida não passava de “castigos moderados”, prática permitida pela legislação da época.

Para Costa (2017), os delitos cometidos pela baronesa refletem a omissão da sociedade frente a esse crime contra a vida de Inocêncio. Ana Rosa Ribeiro se declarava inocente. O que pesou para a sua absolvição também foi a influência do marido na sociedade maranhense da época. E atualmente, o assassinato cometido por Ana Rosa Ribeiro é lembrado como “Crime da Baronesa”.

Retornando a matriarca dos Jansen, apesar de sua participação ativa na política, nos negócios, sendo uma das mulheres mais bem-sucedidas e ricas da Província Maranhense, não tinha uma boa aceitação naquela sociedade. Entretanto, convencida de sua autoridade no Maranhão, em que tudo passava por ela, mandava e desmandava, requereu o título de “Baronesa de Santo Antônio”¹⁶, entre 1842 a 1843, para o Imperador Dom Pedro II, mas foi negado¹⁷, isso para a matriarca foi uma derrota amarga conforme relatado por Abrantes e Santos (2023).

Apesar de sua notoriedade ter se tornado “A Rainha do Maranhão” no imaginário coletivo, ela tentou alcançar um título nobre, que era um sonho que os membros da elite brasileira almejavam. Esse título iria garantir à Ana Jansen reconhecimento não apenas no Maranhão e sim no Brasil. Uma vez que ela já provava a sua lealdade ao governo imperial através de suas doações em dinheiro e suprimentos para combater revoltas populares, ela julgava como que poderia ser aprovada, porque estava seguindo todos os requisitos necessários para aquisição do título (Abrantes; Santos, 2023).

Para Mota (2022), Ana Jansen consolidou uma hegemonia e influência nos meios sociais e políticos, em que contribuiu para um legado duradouro ao investir na educação e formação de

¹⁶ Referência à fazenda que tinha na Província Maranhense que possuía quatorze léguas de terras, com mais de oitocentos escravos no cultivo de algodão e arroz (Abrantes; Santos, 2023).

¹⁷ Há uma dúvida entre os historiadores se esse requerimento tenha chegado realmente à Dom Pedro II, as razões para esse indeferimento ainda são desconhecidas (Abrantes; Santos, 2023).

seus herdeiros, que se tornaram fidalgos e espelho de seus esforços. Com objetivo de obter o reconhecimento social definitivo para a família, ela buscou o título de Baronesa de Santo Antônio, uma distinção nobiliárquica típica da elite brasileira da época.

Com a negação do título de “baronesa de Santo Antônio”, Ana Jansen não pode se consagrar na sociedade da forma que ela gostaria, mesmo sendo da elite, não era aceita definitivamente, devido seu passado, e esse título seria um tapa com luva de pelica, em seus adversários e desafetos, conforme Abrantes e Santos (2023).

A lenda da “Carruagem de Ana Jansen” revela mais sobre a sociedade maranhense do século XIX do que sobre a própria matriarca. Em que foi transformada em símbolo de crueldade, Ana Jansen teve sua imagem distorcida por essas narrativas que buscavam desqualificar sua influência política, econômica e social.

As historiadoras Abrantes e Santos (2023) apontam que esse mito emergiu de rivalidades políticas e ressentimentos de uma elite patriarcal que via ascensão de uma mulher, como Ana Jansen, como uma ameaça às convenções de gênero e classe. Longe de ser apenas uma “rainha cruel”, Ana Jansen foi uma figura complexa, que desafiou as normas de seu tempo ao administrar seus negócios, exerceu autoridade e buscou o reconhecimento nobiliárquico, mesmo diante da recusa do título de “Baronesa de Santo Antônio”.

O mito, conforme explica Silva (2019, p. 11), é a forma de dar sentido ao mundo, mas também pode ser uma arma para silenciar quem incomoda. E Ana Jansen incomodava muito: uma mulher que participava da política mesmo sem direito ao voto, uma viúva que conseguiu triplicar seu patrimônio através de sua administração mesmo com pouca escolaridade, uma mãe solteira que conquistou respeito, uma negociante que sonhava com um título de nobreza para coroar sua trajetória.

Por fim, é necessário refletir sobre a construção do mito de Ana Jansen e como sua imagem foi moldada para ser uma vilã e como essas justificativas sobre sua personalidade e conduta foram se enraizando no imaginário popular. Ela vem sendo associada a lenda da carruagem, como forma de punição. Pois para seus adversários seria mais fácil deixar uma imagem negativa sobre ela, do que aceitar que uma mulher havia conseguido status relevante na política e nos negócios em pleno século XIX, em que as mulheres eram consideradas como coadjuvantes na história.

Sendo assim, o mito da Carruagem de Ana Jansen não é apenas uma história de terror que permaneceu durante dois séculos no imaginário popular ludovicense, mas é sobretudo, um espelho invertido da sociedade maranhense oitocentista, que revela mais sobre os medos, as tensões de gênero e as disputas de poder daquela elite patriarcal e escravocrata do que a própria

matriarca. Ao transformar uma mulher que acumulou fortuna, exerceu significativa influência política concreta e administrou um vasto patrimônio em um espírito vingativo condenado a vagar eternamente.

No entanto, como toda construção mítica em volta de sua imagem, essa narrativa também deixou rastros de resistência. A persistência do nome de Ana Jansen, ainda hoje chamada nas ruas, nas conversas e nas memórias familiares, demonstra que nem tudo foi apagado. Logo, é exatamente nesse ponto de tensão entre o esquecimento imposto e a memória que resiste que se situa o próximo capítulo desta pesquisa.

3. ANA JANSEN E A MEMÓRIA

A memória é o ato de conectar histórias e pessoas às narrativas que formam o imaginário coletivo dentro da sociedade. Ana Jansen destacou-se como uma figura de grande relevância, cuja trajetória histórica foi, com o tempo, transformada em uma narrativa mitológica que a retrata de forma pejorativa no imaginário popular, especialmente por meio da lenda da carruagem encantada. Tal notoriedade permanece viva no imaginário popular, seja por meio dos relatos familiares, no folclore ludovicense, na arquitetura de seus imóveis no Centro da cidade e seus sítios, sendo Tamancão localizado no Bacanga em São Luís, onde ainda hoje há ruínas do casarão.

Partindo de uma perspectiva familiar, sua memória é preservada de maneira diferente, transmitida pelas histórias compartilhadas por seus descendentes. Este capítulo explora essas dinâmicas a partir das entrevistas conduzidas por Irlene Novaes, em sua tese de doutorado “Ana Jansen: empreendedorismo feminino no século XIX”, defendida em 2012, que revela as nuances da memória familiar ao captar histórias pessoais que refletem a influência de Ana Jansen.

Além disso, o documentário “Me chame Donana Jansen” (TV Assembleia Maranhão, 2022), dirigido por Edwin Jinkings e produzido pela TV Assembleia do Maranhão, foi publicado em 9 de setembro de 2022 no canal oficial da instituição no Youtube. Na época da realização, Jinkings ocupava o cargo de diretor de comunicação da Assembleia Legislativa do Maranhão. A fonte audiovisual oferece um panorama biográfico, reunindo depoimentos de historiadores e descendentes que reconstroem sua trajetória, indo além do mito da “Carruagem de Ana Jansen”. Com base nessas fontes, busca-se compreender como a memória familiar e a coletiva se cruzam construindo e reinterpretando a identidade de Ana Jansen.

Para entender como Ana Jansen se tornou um símbolo mítico, é essencial recorrer aos conceitos teóricos de memória, sobretudo aqueles que destacam sua dimensão coletiva e o processo de construção de narrativas compartilhadas, como proposto por Jacques Le Goff (1990). Segundo Le Goff (1990), a memória é o processo pelo qual, por meio de funções psíquicas, o ser humano revive ou representa experiências passadas. A memória abrange duas dimensões principais: a memória individual, ligada às vivências pessoais, e a memória coletiva, que se refere às representações compartilhadas por um grupo social.

Para Le Goff (1990), o processo de aquisição da memória é crucial, pois é nesse momento que se desperta o interesse em reter e evocar informações, permitindo que elas

ganhem consolidação e significado. A memória de Ana Jansen no Maranhão é frequentemente ligada à imagem de uma mulher cruel e implacável com as pessoas que escravizava, uma narrativa que se perpetua ao longo do tempo por meio de histórias orais, contos, histórias em quadrinhos e em vídeos em plataformas digitais, como o Youtube, na literatura e em peças teatrais.

Tedeschi (2015) reflete que a história e memória das mulheres são labirintos da história que buscam selecionar traços que foram apagados, em que as mulheres se reconstruíram no tempo. No qual essa história havia sido silenciada, e para ele, o saber histórico é essencial para escrever uma história com disposição democrática, entre o passado e presente.

No entanto, essa narrativa vem sendo revisitada pelo meio acadêmico, que busca reavaliar os fatos com maior rigor histórico, promovendo uma reflexão mais precisa sobre sua trajetória. É inegável que, em uma sociedade patriarcal e escravocrata como a do Maranhão no século XIX, a violência contra pessoas escravizadas era tida como “comum”. E Ana Jansen, por ser uma mulher rica e dona de um grande número de escravizados, foi associada a essa imagem negativa através de seus inimigos, o que contribuiu para construção de uma má reputação no imaginário popular.

Para Machado (2017, p. 42):

Logo fica nítido que não era exclusividade de Ana Jansen a aplicação de castigos nesses escravos, se formos nos debruçar sobre obras sobre a escravidão, notaremos inúmeros relatos que indiquem que era comum que senhoras de elites, castigasse seus escravos, principalmente, quando descobria que seu marido tinha envolvimento físico ou emocional com determinada escrava.

Abrantes e Santos (2023) observam que o nome de Ana Jansen habita o imaginário maranhense como um núcleo de narrativas que se renovam a cada geração. A memória dessa figura histórica não se limita ao registro factual: ela desencadeia reações afetivas contrastantes espantos, curiosidade, admiração, desprezo e medo de que alimentam a criatividade coletiva. Desde o século XIX, tais emoções cristalizaram-se em lendas urbanas cuja circulação ininterrupta transformou a personagem em um mito fundante da identidade cultural do Maranhão. Assim, a persistência de sua imagem demonstra como o passado, mediado pelo oral e pelo simbólico, continua a moldar as representações sociais contemporâneas.

Para Tedeschi (2015), a memória feminina vem garantindo contornos diferenciados, as mulheres ao escreverem, narrarem, imporem, quebraram os tabus sociais e começam a duvidar da própria memória. O historiador problematiza que as mulheres passaram muito tempo se

sentindo estranhas nesse labirinto, passam a ter consciência e tecer a sua própria história e de seu grupo. Na situação de Ana Jansen, sua memória popular é revertida de forma pejorativa, não considerando uma visão histórica.

3.1. Representações da memória familiar

A análise sobre a memória presente na descendência de Ana Jansen foi feita com base nas entrevistas realizadas por Irlene Novaes, no âmbito de sua tese de doutorado em Administração, defendida em 2012, na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas, intitulada “Ana Jansen: empreendedorismo feminino no século XIX”. Esse material está disponível no anexo da tese. Novaes (2012) dialoga com membros da família de Ana Jansen, dentre os quais se destaca a bisneta Antonina Jansen Pereira, nascida em 11 de setembro de 1921, em São Luís (MA), filha de Manoel Pereira Júnior e Joana Nepomuceno Carneiro. Na ocasião da coleta de dados, Antonina Jansen já contava com idade avançada, 80 anos, razão pela qual a gravação foi fragmentada em intervalos, de modo a preservar o bem-estar físico.

Figura 7 D. Antonina Jansen Pereira, bisneta de Ana Jansen



Fonte: Novaes (2012, p. 139)

Na entrevista transcrita no Apêndice B, dona Antonina Jansen oferece uma perspectiva sobre a memória familiar, em contraste com as narrativas coletivas que predominam no Maranhão. A entrevistada manifesta indignação ante a ausência de consulta aos descendentes em obras como o romance intitulado: *Anna Jansen*, de Rita Ribeiro¹⁸, e o projeto cinematográfico de Carla Camurati, enfatizando a relevância ética de envolver a família. Quanto ao livro de Rita Ribeiro, Dona Antonina Jansen reconhece que, embora a autora tenha realizado entrevistas com familiares, não foram devidamente creditados na obra. Já em relação ao filme de Camurati, a entrevistada relata ter contatado via telefone, para defender a narração da “verdadeira história” de Ana Jansen, argumentando que a matriarca garantiu, por décadas, o monopólio familiar, econômico e político (Novaes, 2012, p. 144, Apêndice B).

Novaes (2012) observa que, nesse trecho, Dona Antonina Jansen insere uma referência ao escritor Jomar Moraes em meio à discussão sobre o filme de Camurati, o que gera uma aparente digressão no discurso. Tal elemento, longe de comprometer a validade do depoimento, revela a complexidade da memória familiar, marcada por associações espontâneas e pela sobreposição de referências culturais.

A análise da primeira entrevista, transcrita no Apêndice B, revela o embate entre memória familiar e coletiva. Dona Antonina Jansen Pereira manifesta indignação com as representações de Ana Jansen em obras literárias que, em sua opinião, desqualificam a imagem de sua antepassada. Tal posicionamento evidencia a tensão narrativa familiar que preserva a matriarca como figura que garantiu o monopólio familiar, econômico e patrimonial, e a memória coletiva, que a reduz à lenda da carruagem.

Nesse contexto, a contribuição de Maurice Halbwachs (1990) ilumina o fenômeno. O autor destaca que memória coletiva pode sobrepor-se à individual, funcionando como uma projeção que encobre vivências pessoais:

Apesar de tudo, nada prova que todas as noções e imagens tomadas dos meios sociais de que fazemos parte, e que intervêm na memória, não cubram, como uma tela de cinema, uma lembrança individual, mesmo no caso em que não a percebemos. A questão toda é saber se tal lembrança pode existir, se é concebível. O fato que ela seja produzida, mesmo uma única vez, bastaria para demonstrar que nada se opõe a que intervenha em todos os casos (Halbwachs, 1990, p. 37).

¹⁸ Sinopse do livro: A autora Rita Ribeiro relança em 2022 o romance histórico “*Anna Jansen*”. Uma mistura de ficção e realidade que reconta a história – e as lendas – de uma das mulheres mais icônicas da história do Norte do nosso país. Lançado originalmente em 1995, o romance conquistou os leitores e a crítica a retratar uma das figuras mais polêmicas da nossa história”. Disponível em: https://www.martinsfontespaulista.com.br/anna-jansen-1015266/p?srsId=AfmBOopVmT53IvA4IXEzvIdDYwxd0W9hoj8II_74IyY9zLE0gIUmlpOF

Em relação ao caso de Ana Jansen, a “tela” da memória coletiva, alimentada por lendas, inimigos políticos e representações midiáticas, encobre a lembrança familiar de uma mulher que, no século XIX, administrou com êxito um império econômico em um contexto patriarcal maranhense. A fala de Dona Antonina Jansen não apenas resiste a essa projeção, como reafirma a possibilidade de uma memória individual familiar persistir sob a coletiva.

Em outro momento da entrevista, Dona Antonina Jansen cita um momento inoportuno em que estava participando de uma entrevista de rádio para falar sobre a Ana Jansen, ela se surpreendeu ao ser questionada por uma professora sobre a conduta sexual de Donana, sobre os boatos que circulavam pela cidade.

[...]era professora formada professora queria me fazer uma pergunta era uma pergunta assim um pouco esquisita que era certo que Ana Jansen fazia sexo com os escravos nas áreas da praia do portinho ali do portinho, aí Moreira Serra disse não responde há respondo há respondo ela não mandou e vocês não tem coragem de deixar eu vou dizer pra ela que eu lamentava bastante porque ela como professora desconhecia a história do Maranhão que Ana Jansen tinha passado pra história era uma mulher vibrante, e ela me fazia uma pergunta daquela com o dinheiro com o poder econômico voluntariosa como ela era, ela não precisava ir para areias do portinho ela ficava na cama dela que ela por demais vaidosa nas colchas lindas e maravilhosa[...] (Novaes, 2012, p. 116-117, Apêndice B).

A presença da memória de Dona Antonina Jansen, faz um contraponto com a memória coletiva do senso comum, que no caso está sendo representada pela visão da professora que tinha como pré-requisito uma idealização negativa. Para as historiadoras Abrantes e Santos (2023), essa imagem de “má e promíscua” foi forjada por adversários políticos através de jornais e boatos, configurando um quadro social de memória que seleciona, hierarquiza e distorce lembranças individuais em função dos interesses do grupo dominante.

De acordo com Machado (2017), Ana Jansen recebia críticas de diversos meios políticos, econômicos e sobre a sua vida sexual, em que a elite comentava sobre seus relacionamentos extraconjugais, classificando-a como um mau exemplo para as mulheres de classe social. Logo, ao relacionar com a entrevista de Dona Antonina Jansen, observamos que na camada popular ainda há essa memória, como foi o caso da professora, quando questiona à bisneta de Donana Jansen sobre esse aspecto da vida sexual.

Nesse sentido, seguindo a concepção de memória de Halbwachs (1990), a evocação da memória de Donana não apenas confirma ou precisa de aspectos de sua trajetória individual, em que se desloca dentro da memória coletiva, desafiando-a: ao se apoiar em testemunhos orais

e documentos pessoais, ela cobre lacunas da narrativa oficial e incorpora elementos da memória coletiva, evidenciando como esta, embora envolva as lembranças individuais, evolui segundo suas próprias leis, que podem ser leis de exclusão e silenciamento.

De acordo com Tedeschi (2015), o silenciamento feminino faz parte do poder simbólico do sistema patriarcal, que impôs à sociedade um ideal de mulher, no qual, foram moldadas para se encaixarem em papéis e identidades.

Nos últimos momentos da entrevista, Novaes (2012) pergunta à bisneta D. Antonina Jansen sobre a sua percepção a respeito de sua bisavó Ana Jansen. A entrevistada responde que era “uma grande guerreira, uma grande mulher, uma grande cultura, foi uma mulher invejável, porque ela, não diante de sua vontade, ela só temia a Deus e aos Santos da sua devoção (...)” (Novaes, 2012, p. 118). A memória individual e familiar da bisneta de Donana revela orgulho quanto a imagem que tem sobre a sua bisavó, que apesar dos boatos e das lendas no âmbito familiar acaba sendo lembrada de maneira positiva.

Quadro 1 Árvore genealógica simplificada dos descendentes

Ana Jansen (1788-1869)
└─ Não identificado (filho)
└─ Manoel Jansen Pereira Júnior (neto) e Joana Nepomuceno Carneiro (cônjuge)
└─ Antonina Jansen Pereira (bisneta) e Eliseu Souza (cônjuge)
└─ Maria das Graças Jansen Pereira de Sousa (trisavó) e Luiz

Fonte: Elaboração própria a partir de Novaes, 2012

Apesar da história popular, Ana Jansen foi alvo de boatos que tentavam prejudicar a sua imagem, uma vez que seus inimigos não tinham força e influência para afetá-la nos meios políticos e econômicos. E por esse motivo passaram a vincular sua imagem a males de que ela teria feito, seja para escravos que eram de sua propriedade ou de seus inimigos políticos (Machado, 2017).

É importante mencionar que as entrevistas conduzidas por Irlene Novaes (2012) se trata de uma perspectiva familiar, que pode ser caracterizada como memória individual, pois ela buscava mostrar a visão dos descendentes de Ana Jansen quanto à imagem que eles tinham sobre ela. Em que faz um contraponto quanto a memória coletiva. Outro fator, é que a pesquisa de Irlene Novaes não está focada na área de história, pois trata-se de tese em administração. E a pesquisa está focada na vida de Ana Jansen nos negócios e de como ela conseguiu ampliar seu patrimônio através da administração.

Nesse contexto, pode-se compreender, na linha do que propõe Le Goff (1990), que a memória individual presente nas entrevistas de Novaes (2012), centrada na visão familiar sobre Ana Jansen, constitui justamente um nível elementar de elaboração histórica, distinto da história propriamente dita, que se volta ao passado difuso e às produções do imaginário como expressões da realidade vivida. Essa memória, embora valiosa como objeto de análise, não se confunde com a história científica dos historiadores, funcionando antes como contraponto à memória coletiva e revelando, no caso da tese em administração, uma abordagem voltada aos negócios e à ampliação patrimonial de Ana Jansen e não à reconstrução histórica.

3.2. O Documentário “Me Chame Donana Jansen”

O documentário Me Chame Donana Jansen, dirigido por Edwin Jinkings e produzido pela TV Assembleia do Maranhão disponível no canal do *youtube* da própria Assembleia do Maranhão. A obra configura-se como uma relevante fonte audiovisual para o estudo da construção historiográfica e memorial da figura de Ana Joaquina Jansen Pereira (1783-1869), uma das personalidades mais controversas do Maranhão oitocentista.

A partir de uma pesquisa histórica sólida, o documentário buscou resgatar o protagonismo de Ana Jansen, apresentando-a como uma mulher que ascendeu socialmente e economicamente a partir de seu casamento com o Coronel Isidoro Pereira. Mas que garantiu prestígio através de uma capacidade em administrar os bens herdados e por ter participado da política em um período em que tais meios não eram abertos para mulheres. É destacado também a transformação da matriarca em uma das maiores proprietárias de terras e de pessoas escravizadas da província, bem sua atuação fornecedora d'água para a elite ludovicense e a sua participação ativa em disputas políticas no período imperial maranhense.

Figura 8 Foto de Ana Jansen em 1861



Fonte: Abrantes; Santos (2023, p. 5)

A figura 7 é registro da única foto de Ana Jansen, datada no ano de 1861, poucos anos antes de seu falecimento em 1869, em que a matriarca já tinha consolidado à sua influência nos espaços públicos e privados.

Mas, retomando a produção do audiovisual, este conta com a participação de historiadores, como Marize Campos, professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), autora do livro *Senhoras Donas*, publicado em 2012; Maria de Lourdes Lauande Lacroix, historiadora, professora e escritora, professora aposentada da UFMA e da UEMA; Euges Lima, historiador e bibliófilo, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; Diogo Gualhardo, historiador e advogado, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; Christofferson Melo, historiador e coordenador do Arquivo no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA); e Beto Nicácio, professor, quadrinista e animador. Conta também com a participação de duas descendentes diretas, as tataranetas Isadora Jansen e Maria das Graças S. Leal. Ambas oferecem uma análise sobre a memória de Ana Jansen como uma mulher inserida em seu contexto histórico, que desafiou as barreiras do patriarcado ao conquistar e manter um status privilegiado, raramente alcançado por mulheres no período.

Quadro 2 Documentário X Lenda popular

Aspecto histórico	Documentário (2022)	Lenda popular (séc. XIX até 2025)
Imagem de Ana Jansen	Empreendedora, prática, desafiadora	Cruel, promíscua, amaldiçoada
Episódio dos penicos Ana Jansen X Comendador Meireles	Retaliação inteligente e simbólica por parte de Donana	Prova de crueldade, vingança e autoritária
Escravidão	Estrutural, comum entre a elite	Culpa exclusiva em maus tratos
Falecimento da matriarca dos Jansen 1869	Resgate histórico	Condenação eterna por supostas maldades em vida

Fonte: Elaboração própria a partir de Abrantes e Santos (2023) e o documentário TV Assembleia, 2022.

O quadro 2 reúne as informações extraídas do documentário e do livro de Abrantes e Santos (2023), confrontando-as com as versões tradicionais da lenda de Ana Jansen que circulam no senso comum ludovicense. O objetivo é estabelecer um paralelo claro entre as fontes audiovisuais e biográficas elaboradas pelas historiadoras e a imagem consolidada pela tradição popular.

O contraste é evidente. De um lado, a memória coletiva de São Luís ainda preserva a figura de Donana como a “Rainha Cruel”, uma personagem marcada por crueldade, sadismo e autoritarismo arbitrário. De outro, as pesquisas recentes, sustentadas por documentação primária, apresentam uma mulher do século XIX inserida num contexto de poder escravista, relações de gênero e estratégias políticas típicas da elite maranhense da época.

Essa persistência do estereótipo negativo demonstra o quanto a narrativa folclórica e a tradição oral conseguiram se sobrepôr, até hoje, ao trabalho historiográfico. Torna-se, portanto, fundamental intensificar a investigação histórica, com base em processos, inventários, correspondências e outros documentos da época, para desconstruir mitos, complexificar a personagem e oferecer à sociedade ludovicense uma leitura mais justa e contextualizada de Ana Jansen.

No depoimento gravado para o documentário, Marize Campos (2022)¹⁹ caracteriza Ana Jansen como uma mulher prática e concreta, que não tolerava ser rebaixada ou humilhada. Um exemplo emblemático é o episódio dos penicos encomendados pelo Comendador Meireles com o rosto da matriarca, com o intuito de ridicularizá-la publicamente. Em resposta, Ana Jansen adquiriu todos os artefatos e os expôs em frente à residência de seu desafeto, repletos de fezes, um gesto interpretado pela historiadora com uma retaliação à altura, prática e simbólica. Tal atitude reforçava sua autoridade e projeção na sociedade maranhense do século XIX.

De acordo com Abrantes e Santos (2023), Donana Jansen demonstrou uma reação imediata ao tomar conhecimento de que seria humilhada publicamente, com sua imagem reproduzida no fundo de penicos. A estratégia adotada por ela, em adquirir todos os penicos por meio de terceiros e ordenar que fossem quebrados diante do armazém do comerciante que pretendia ofendê-la, representa mais um exemplo de como Donana Jansen desafiava os padrões sociais vigentes em sua época.

Marize Helena Campos defende que Donana Jansen deve ser compreendida como um sujeito histórico: uma mulher inserida em um contexto específico, sem ser mitificada ou reduzida ao senso comum que a associa exclusivamente a uma esfera de violência e crueldade. É fundamental considerar que a sociedade maranhense do século XIX escravocrata era voltada para a agroexportação, estruturada em relações de poder profundamente desiguais.

Ana Jansen garante seu espaço na sociedade através de sua habilidade administrativa, era um ponto crucial, uma vez que Maranhão estava passando por um período de instabilidade política e econômica devido aos conflitos populares e à crise de produtos como o algodão (Mota, 2022).

Para Diogo Gualhardo, em seu depoimento, Donana tinha uma habilidade refinada para os negócios, não apenas consolidando o patrimônio herdado no primeiro casamento, como também na multiplicação deles. Uma habilidade que, para ele, se destaca de outros nomes que não tiveram o mesmo sucesso nos negócios.

Conforme destaca Mateus (2023), o Maranhão do século XIX sofria com a instabilidade política e econômica em que gerou intensas disputas, entre as quais os conflitos antilusitanos, que reforçaram o sentimento de pertencimento nacional entre os brasileiros natos e a rejeição aos portugueses que ainda permaneciam no Império. A crise algodoeira de 1819-1820, desencadeada pela queda brusca dos preços após um ciclo de euforia comercial, provocou

¹⁹ CAMPOS, Marize. Depoimento. In: Me chame Donana Jansen. Direção: Edwin Jinking. São Luís: Assembleia Legislativa do Maranhão, 2022. 1 vídeo (24 minutos). Publicado no YouTube em 9 set. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/omY-uj2Pbly?si=7DiSMsQCJO8PqFfN>. Acesso em: 8 nov. 2025.

grande insatisfação entre os fazendeiros, que haviam comprado escravos a crédito para ampliar a produção, enquanto negociantes, apostando em altos lucros, adquiriram grandes quantidades de algodão e acabaram falidos com a desvalorização.

Nesse contexto, o Maranhão estava com a economia instável, e muitos negociantes faliram. Para Maria de Lourdes Lacroix, Donana Jansen mostra quem realmente é, quando ela passa a administrar os bens, após a morte de seu primeiro marido. Mesmo em meio a crises, soube ampliar seus negócios em vários ramos, não se limitando apenas ao mercado agroexportador. De acordo com Maria de Lourdes Lacroix, Ana Jansen tinha muitas fases, frágil, fase do amor de mulher, da empresária. Ganhava dinheiro de todos os jeitos, seja no mercado de doces através de seus escravos, seja no abastecimento de água.

Ana Jansen destacava-se por sua marcante presença em espaços de domínio masculino, o que a tornava uma figura fora dos padrões estabelecidos para as mulheres de sua época. Sua personalidade forte e traços de liderança não eram vistos com bons olhos pela elite conservadora da época, uma vez que tais características eram esperadas apenas dos homens, sendo, portanto, condenáveis quando exercidas por mulheres (Abrantes; Santos, 2023).

A tataraneta Maria das Graças S. Leal afirmou, em entrevista, que Donana preservou uma memória que permanece viva até os dias atuais. Para ela, trata-se de uma mulher que marcou a história, cuja força interior lhe permitiu realizar aquilo que desejava em seu tempo. Conforme explica Janotti (1995), para conquistar respeito e reconhecimento social, Donana investiu na educação de seus filhos e filhas, com o objetivo de garantir bons casamentos com membros da elite. Ainda assim, essas atitudes nem sempre eram bem recebidas, sendo alvo de críticas quando oferecia homenagens ou favorecia integrantes da sociedade “tradicional”.

Isadora Jansen e Maria das Graças S. Leal, também tataranetas de Donana, apresentam seus pontos de vista sobre a memória punitivista atribuída à matriarca ao longo dos anos. Para elas, enquanto membros da família, é necessário resgatar a memória de Ana Jansen para além da lenda da carruagem. Isadora Jansen ressalta que a família precisa defender a imagem da tataravó perante a sociedade, argumentando que Ana Jansen não era uma pessoa má. Segundo ela, Ana apenas se mostrava rígida com aqueles que a tratavam da mesma forma, em que alforriou alguns escravos de sua propriedade, o que contradiz com a memória de uma mulher cruel com sua escravaria.

Em seu testamento, Ana Jansen deixa forros alguns de seus escravos, conforme abaixo:

DECLARO que deixo forros os meus escravos seguintes, pelos bons serviços que me têm feito: Eustáquio, ferreiro, crioulo; Manoel, pedreiro, crioulo; Felipe, mulato, bulieiro; Matias, mulato, filho da minha escrava mulata

Leonarda; Esperidiana, cafusa, que me serve em casa; Maria, caseira, também me serve em casa (Abrantes; Santos, 2023, p. 177).

Portanto, o documentário cumpre um papel fundamental ao deslocar a discussão sobre Ana Jansen do terreno movediço da lenda urbana para o campo da análise histórica audiovisual. Ao reunir depoimentos de historiadores reconhecidos e, sobretudo, das tataranetas Isadora Jansen e Maria das Graças S. Leal, a obra apresenta uma imagem mais nuançada da matriarca: uma mulher prática, estrategista, hábil nos negócios e capaz de navegar e, muitas vezes, dominar um ambiente político e econômico marcado por crises sucessivas e por profundas desigualdades de gênero, raça e classe.

A contraposição entre a narrativa do documentário e a lenda popular, como sistematizada no Quadro 2, deixa evidente que a construção da “rainha cruel” não foi um processo neutro ou espontâneo, mas uma resposta intencional da elite patriarcal oitocentista diante de uma mulher que se recusou a permanecer nos limites do privado e do silêncio. Episódios como o dos penicos, reinterpretados por Marize Campos, Abrantes e Santos como gestos de inteligência política e simbólica, revelam que Ana Jansen não apenas reagiu às ofensas, mas as convertia em demonstrações públicas de poder, algo intolerável para muitos de seus contemporâneos.

Assim, o documentário não só resgata o protagonismo histórico de Ana Jansen, como também expõe os mecanismos de silenciamento que operaram contra ela. Ao dar voz às suas descendentes diretas, a produção atualiza uma memória familiar que, por quase dois séculos, resistiu à versão hegemônica da história.

3.3. Representações Culturais Contemporâneas

A memória de Ana Jansen habita o imaginário popular maranhense, com isso temos várias representações culturais que exploram a memória da matriarca que persiste em mídias modernas, como livros, exemplo do romance “Anna Jansen”, de Rita Ribeiro, HQs de Beto Nicácio, “A lenda da Carruagem encantada de Ana Jansen em quadrinhos”, cordéis como “A verdadeira história de Ana Jansen e sua carruagem encantada” de Wilson Marques e “Ana Jansen em cordel” por Raimunda Frazão. Além desses, há vídeos no *youtube* que contam a memória de Donana Jansen, a partir da perspectiva da lenda e curiosidades.

O romance ficcional “Anna Jansen”, de Rita Ribeiro, 3ª edição, publicado em 2022 pela editora In Touch.Art, conta a história da matriarca a partir da literatura, fala sobre a

descendência nobreza europeia, mas que ela não era rica, pois a sua família faliu. Mas, a sua determinação de vencer e mudar a sua realidade, casou-se com o homem mais rico da província. Ascendendo socialmente e torna-se uma mulher poderosa, no cenário econômico, político e social (Ribeiro, 2022, Sinopse, Amazon).

Figura 9 Capa Anna Jansen de Rita Ribeiro

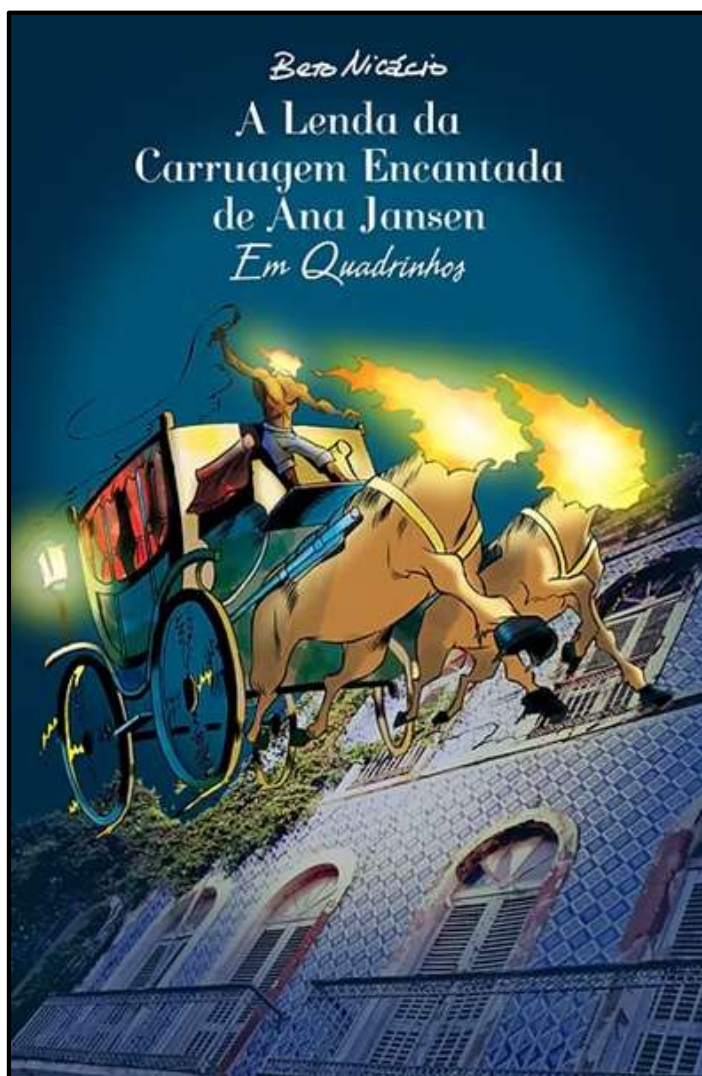


Fonte Amazon.com (2022)

Abrantes e Santos (2023) explicam que ao narrar a juventude de Donana Jansen, a escritora Rita Ribeiro, em seu romance, constrói uma representação marcada pela imaginação e por elementos que envolviam a vida da matriarca naquele período. Para a autora, a jovem, conhecida como “costureirinha”, chamava a atenção de homens da elite, que em sua maioria eram casados, mas que desejavam como amante. E a sua condição de mãe solteira, não era um obstáculo, aumentando o interesse, já que o casamento estava reservado às mulheres consideradas “puras”.

Por ser uma obra de ficção, o romance explora a sexualidade com forma da personagem demonstrar a sua personalidade marcante e dominadora em seus relacionamentos, que contradiz com o padrão esperado para mulheres no século XIX. E essa memória de Ana Jansen como uma mulher poderosa, através da sexualidade, é abordada na obra de Ribeiro (Abrantes; Santos, 2023).

Figura 10 A lenda da Carruagem encantada de Ana Jansen HQ



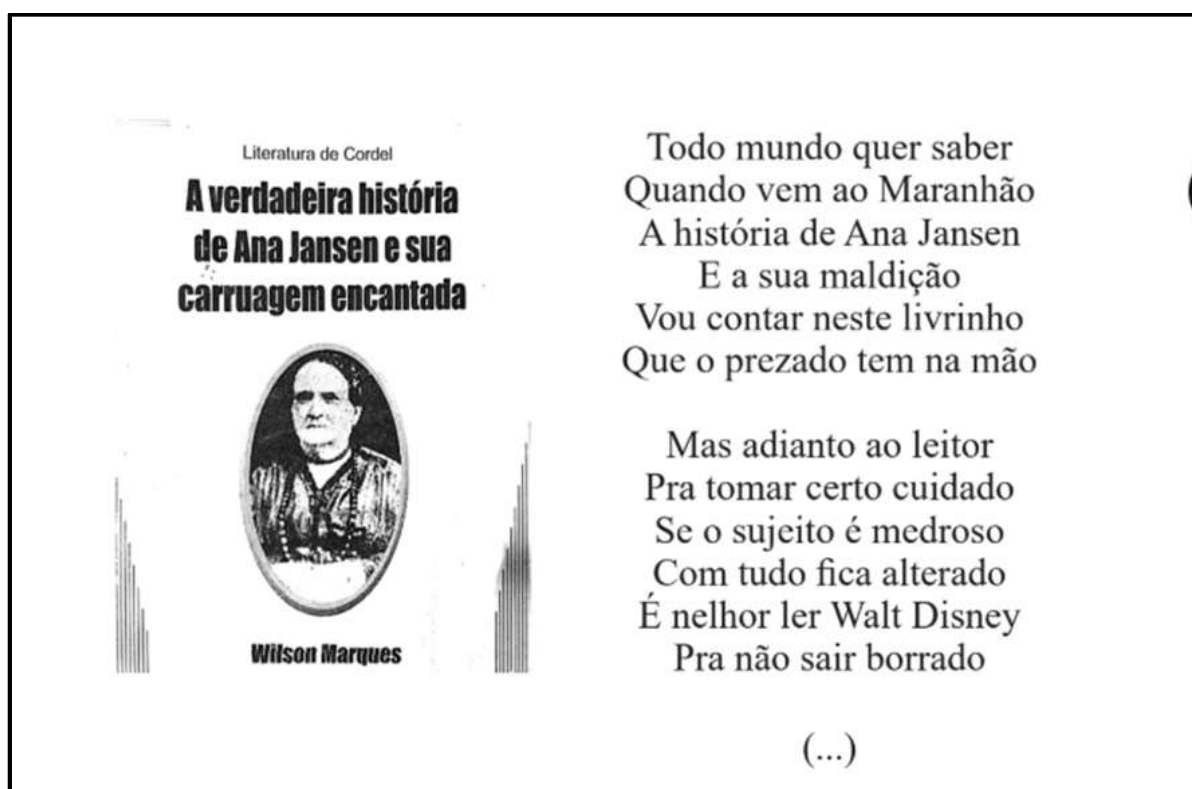
Fonte: Amei Mais Org (s.d)

A história em quadrinhos de Beto Nicácio, voltado para público infanto-juvenil, sua sinopse diz que ela foi uma figura real, que viveu de 1787 a 1869, no Maranhão, durante aquele período tornou-se uma das mulheres mais ricas. E que incomodou e despertou o preconceito de muitas personalidades da província, em especial homens poderosos, que não aceitavam possuir tanto poder. E por isso, levou a fama de má e de impiedosa (Nicácio, s.d, Sinopse, Ame mais).

A obra conta com ilustrações de sua autoria de acontecimentos marcantes da vida de Ana Jansen, desde o episódio dos penicos com o Comendador Meireles e a sabotagem na implantação da Companhia das Águas em São Luís, que representa a presença da memória de Ana Jansen.

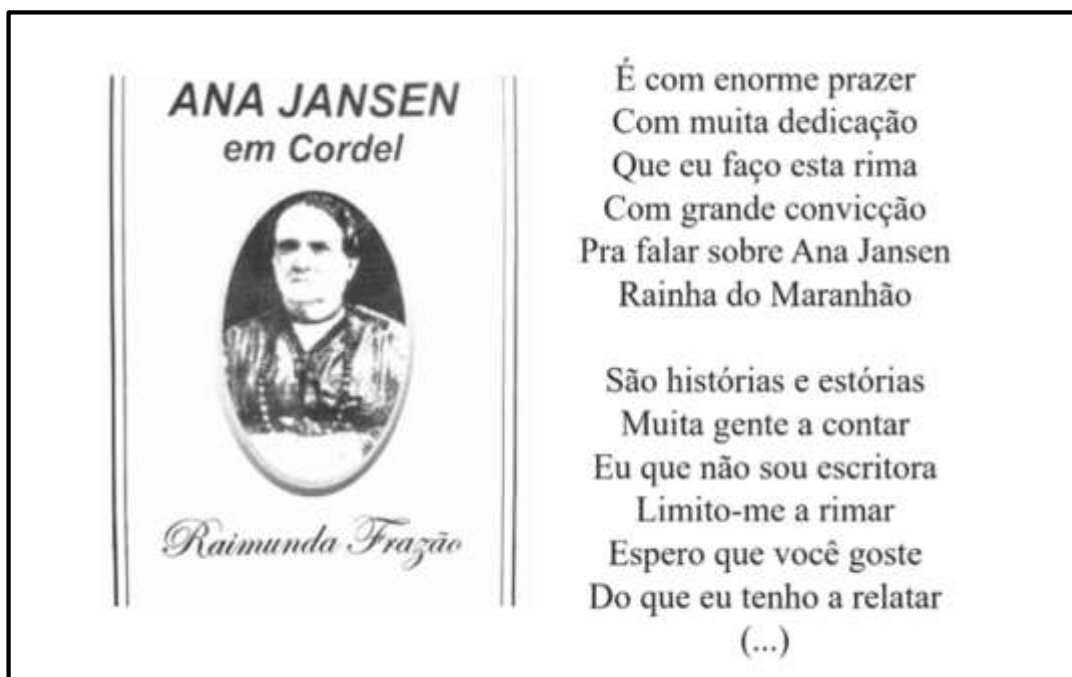
Em relação aos cordéis que tratam sobre a memória de Ana Jansen, destacam-se os de Wilson Marques e Raimunda Frazão, apresentados no ensaio biográfico de Abrantes e Santos (2023).

Figura 11 Cordel de Wilson Marques



Fonte: Abrantes e Santos, 2023, p. 185

Figura 12 Cordel de Raimunda Frazão



Fonte: Abrantes e Santos, 2023, p. 185

A memória de Donana Jansen se encontra em diversos ramos, como nos cordéis destacados, Wilson Marques, apela para visão de amedrontar aqueles que seriam turistas sobre a fama de má de Ana Jansen, que está vinculado à lenda da carruagem que passa as noites para assombrar aqueles que estavam presentes quando ela passasse. Já em relação ao cordel de Raimunda Frazão, ela cita que há histórias e estórias e como não era escritora iria se limitar a rimar, quando ela for falar de Ana Jansen a Rainha do Maranhão.

Por fim, a análise desenvolvida ao longo deste capítulo dá enfoque a memória de Ana Jansen que constitui em um campo complexo, onde há lembranças individuais, narrativas familiares e representações coletivas que se relacionam, produzindo imagens profundas e distintas sobre a matriarca. A investigação demonstrou que, enquanto a memória popular preservou uma figura negativa, associada à lenda da carruagem, ao autoritarismo e à crueldade, as fontes documentais e familiares, expressam uma mulher inserida em dinâmicas históricas específicas, cuja atuação política, econômica e social ultrapassou os limites impostos às mulheres do século XIX.

Para isso, foi necessário o diálogo em teóricos como Le Goff, Halbwachs e Tedeschi que permitiu compreender como essas memórias são construídas, disputadas e, por vezes, sobrepostas ao longo do tempo. A memória coletiva, alimentada por boatos, tensões políticas e predisposições patriarcais, mostrou-se capaz de eclipsar vivências individuais e familiares, criando uma versão cristalizada que permanece viva no imaginário ludovicense. Por outro lado,

as entrevistas analisadas evidenciam que os descendentes de Ana Jansen procuram reafirmar uma imagem distinta daquela reproduzida no senso comum.

Já no documentário, reforça essa disputa memorial ao propor uma releitura histórica baseada em documentação, depoimentos de historiadores e testemunhos familiares. A obra contribui para reposicionar Ana Jansen como agente histórica, que contextualiza suas ações no universo escravocrata e patriarcal do Maranhão oitocentista, além de problematizar as interpretações que a reduziram à condição de mito. O quadro 2 sintetiza uma comparação entre a abordagem histórica e folclórica.

Desse modo, a memória de Ana Jansen não deve ser compreendida apenas como registro factual, mas como um fenômeno social de constante disputa, resultado das permanências, silenciamentos e reconfigurações próprias de cada época.

CONCLUSÃO

No Maranhão do século XIX, Ana Jansen se destacou no ramo político, econômico e familiar, em meio a uma sociedade patriarcal que limitava os espaços femininos, pois tradicionalmente estavam voltados ao meio privado. A trajetória singular de Ana Jansen lhe rendeu inimigos poderosos que buscaram desqualificar sua presença nesses espaços públicos de predominância masculina.

A pesquisa teve como objetivo compreender a construção do mito de Ana Jansen associado a uma memória punitivista que, ao longo do tempo, foi utilizada como forma de condenação das mulheres que ocupavam espaços de poder em meio a uma sociedade patriarcal maranhense do século XIX. Para atingir tal propósito, foram analisados fatores socioculturais que delimitaram a atuação feminina naquele contexto, bem como a forma pela qual a trajetória singular da personagem contribuiu para a formulação de uma narrativa conservadora em torno de sua figura.

Essa análise permitiu evidenciar que a sociedade maranhense oitocentista impunha rígidos padrões de comportamento às mulheres, que deveriam ser do lar e à família, restringindo sua presença na vida pública. Nesse cenário, a ascensão social, econômica e política de Ana Jansen se apresentou como um elemento de ruptura, gerando tensões para os poderosos da época, que posteriormente foram convertidas em um mito punitivista que buscou desqualificar sua atuação. Desse modo, sua figura foi aos poucos deslocada do campo histórico para o imaginário popular, onde passou a ser representada por narrativas que reforçam a ordem social dominante do século XIX.

A pesquisa também demonstrou que, apesar das tentativas de silenciamento, Ana Jansen exerceu um papel relevante no desenvolvimento econômico e político de sua época, mantendo uma presença ativa e influente nas estruturas de poder. Foi considerada como Rainha do Maranhão. A reconstituição de sua memória evidencia como processos de manipulação simbólica, transformou trajetórias históricas em figuras mitificadas, revelando mais sobre a sociedade que produz narrativas como o mito da carruagem de Ana Jansen.

Este estudo apesar de ter um recorte temporal no século XIX, foi necessária uma análise do presente que abordasse a memória de Ana Jansen na contemporaneidade. Para isso, foram necessárias fontes específicas, que contribuíram para ampliar o debate sobre a história de Ana Jansen no Maranhão e como se deu a construção das memórias negativas. Logo, pesquisas futuras podem aprofundar outras dimensões de sua vida social, bem como comparar o caso de

Ana Jansen com o de outras mulheres que também desafiam estruturas patriarcais em diferentes regiões do Brasil.

Por fim, busca-se que as reflexões que realizadas neste trabalho possa auxiliar na compreensão na crítica das formas pelas quais o imaginário coletivo é mobilizado para reforçar estruturas hierarquizadas, e ao mesmo tempo em destacam a importância de revisitar a História de mulheres como Ana Jansen sob novas perspectivas, mais sensíveis às complexidades de seu protagonismo.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS:

Acervo Público Digital do Maranhão

REVISTA 1843. v. 1. São Luís, 1843. Acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite. Disponível em: <https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/> /. Acesso em: 11 nov. 2025.

GUAJAJARA (Maranhão). n. 1. São Luís, 1840. Acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite. Disponível em: <https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>/. Acesso em: 3 dez. 2025.

Fonte Audiovisual

Me Chame Donana Jansen. Direção: Edwin Jinkings. São Luís: Assembleia Legislativa do Maranhão, 2022. 1 vídeo. Publicado no YouTube em 9 set. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/omY-uj2PbIY?si=L44Po9zqZIAi3UtX>. Acesso em: 8 nov. 2025.

BIBLIOGRAFIA:

ABRANTES, Elizabeth. A educação feminina em São Luís no século XIX. In: *Simpósio Nacional de História*, 22., 2003, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: ANPUH, 2003.

ABRANTES, Elizabeth Sousa; PEREIRA, Francinete Poncadilha. A mulher escrava no Maranhão oitocentista: breve análise sobre a maternidade escrava. In: *XXVII Simpósio Nacional de História* (ANPUH), 2013, Natal.

ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. *A Senhora do Maranhão: uma biografia de Ana Jansen*. São Luís: Editora UEMA, 2023.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 3, n. 1, p. 29-66, 23 jul. 2015.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BORRALHO, José Henrique. Tradições historiográficas no Maranhão. *Revista Outros Tempos*, São Luís, v. 1, p. 40-52, 2005. Disponível em: www.outrostempos.uema.br. ISSN 1808-8031.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*, de 25 de março de 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRÍGIDO, Edimar Inocêncio. Michel Foucault: uma análise do poder. *Revista Direito Econ. Socioambiental*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013.

CAMPOS, Marize Helena. *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)*. 2. ed. São Luís: Editora Café & Lápis; FAPEMA, 2015.

CAMPBELL, Joseph. *Mito e transformação*. São Paulo: Ágora, 2008.

CARDOZO, Marlon Bruno Barros. *Regimes de imagens nas lendas de São Luís: uma contribuição para o estudo do imaginário na educação*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

COSTA, Fernando. O verdadeiro medo da poderosa Ana Jansen. *O Imparcial*, São Luís, 31 jan. 2018. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2018/01/o-verdadeiro-medo-da-poderosa-ana-jansen/>. Acesso em: 28 dez. 2025.

COSTA, Yuri Michael Pereira. *Celso Magalhães e a justiça infame: crime, escravidão e poder no Brasil Império*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade São Leopoldo, São Leopoldo, 2017.

COSTA, Yuri Michael Pereira. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 10, n. 20, jul./dez. 2018.

CRUZ, Fábio Santiago; Gomes, Letícia. Dona Beja: uma mulher para além de Minas Gerais. In: *Congresso de Iniciação Científica, Estágio e Docência do Campus Formosa*, 3., 2018, Formosa. A Pesquisa no Contexto da Formação Inicial de Professores. Anais[...]. Formosa:

Universidade Estadual de Goiás, 2018. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/ciced> . Acesso em: 28 dez. 2025.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

EZÍDIO, Camila. Eva e Maria: fases da natureza feminina em Hildegarda de Bingen. In: STORCK, Alfredo (Org.). *Estudos de Filosofia Medieval*. Pelotas, 2024.

FERREIRA, Lucia M. A. Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX. *Revista Fênix*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 1-16, maio/ago. 2010.

FIALHO, M. do C. Mito, memória e crise. In: LEÃO, D. F.; FERREIRA, J. R.; FIALHO, M. do C. (Coords.). *Cidadania e paideia na Grécia antiga*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 145-172. (Coleção Autores Gregos e Latinos. Série Ensaios, v. 5).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Biblioteca Vértice, 1990.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. Três mulheres da elite maranhense. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, n. 31/32, p. 225-248, 1996.

JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 38, p. 367-394, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000100013>. Acesso em: 15 set. 2025.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A criação de um mito. *Revista Outros Tempos*, São Luís, v. 2, p. 54-80, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Stória e memória. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. Tradução de Cristina Ferrari. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

LOPES, Carlos Renato. Em busca do gênero lenda urbana. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 8, n. 2, p. 373-393, maio/ago. 2008.

MACHADO, Andrea Francisca. *Senhoras de posses: um estudo sobre mulheres proprietárias no Maranhão (1780-1840)*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

MAGALHÃES, Celia M. A “lenda” é uma narrativa: análise da valorização em uma abordagem sociossemiótica de gênero. *Alfa*, São Paulo, v. 66, 2022.

MARTINS, Júlio Cesar Vieira. *Folclore ludovicense: um resgate ilustrado das lendas de São Luís*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. *A (des)ordem imperial brasileira: as lutas populares por cidadania no Maranhão no contexto de construção do Estado Nacional (1823-1841)*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

MORAES, Brenda Regina Mota. *Ana Jansen e o poder no Maranhão do século XIX: perspectivas para o ensino de história*. 2025. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2025.

MOTA, Brenda Regina. *Mulheres em espaço de poder no Maranhão oitocentista: um estudo sobre a participação de Ana Jansen na política provincial*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 49-55, jan./abr. 2006.

NICÁCIO, Beto. *Amei Mais*. [s.l.], [s.d]. Disponível em: <https://www.ameimais.org/betonicacio> . Acesso em: 20 nov. 2025.

NOVAES, Irlane Regina Moraes. *Ana Jansen: empreendedorismo feminino no século XIX*. Tese (Doutorado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Revista Estudos Históricos*, São Paulo, 1995a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outras história: Imaginando o Imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, nº 29. p. 9-27, 1995b.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. *As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Maria José B. *Maranhão de outrora (1819-1924): memórias de uma época*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1942.

RIBEIRO, Rita. Anna Jansen. Sinopse. Amazon, [s.d.]. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Anna-Jansen-Rita-Ribeiro/dp/6500516192> . Acesso em: 20 nov. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1969.

SANTOS, Waldemar. *Perfil de Ana Jansen*. São Luís: SIOGE, 1978.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 3. ed. Recife: S.O.S. Corpo, 1996.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 1, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SCOTT, Joan W. Usos e abusos do gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/prohist>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SILVA, Carla da. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. *Direito em Foco*, v. 5, 2012.

SILVA, Carina. *Mitos e lendas populares: importância no imaginário do cinema português*. 2019. Dissertação (Mestrado em Realização – Cinema e Televisão) – Escola Superior Artística do Porto, Porto, 2019.

SILVA, Giuslane Francisca. Resenha: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, ago. 2016.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 77-87, 1998.

SOUTO, Luana Mathias; SAMPAIO, José Adércio Leite. *Mulher e voz: os desafios à efetividade dos direitos políticos femininos*. Santa Catarina, 2021.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Gênero e historiografia: os fios da memória feminina nos labirintos da história. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 28, n. 2, p. 199-209, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/download/34171/18209>. Acesso em: 18 set. 2025.

VAQUINHAS, Irene. Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX: breve esboço. *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, v. 3, n. 3, p. 201-221, 2002

VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara no seu passado econômico, social e político*. 3. ed. São Luís: Alumar, 1999.